



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS
SOCIAIS E CIDADANIA (ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL)**

Dr. Adílio Moreira de Moraes

**AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO**

Salvador/BA

2026

Dr. Adílio Moreira de Moraes

**AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO**

Relatório Final, enquanto requisito para
obtenção do certificado de realização de
Estágio Pós-Doutoral junto ao Programa de
Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania
da Universidade Católica do Salvador. Linha de
Pesquisa: Direitos sociais e novos direitos,
construção de sujeitos e cidadania.
Supervisor(a): Dra. Kátia Oliver de Sá

Salvador/BA

2026

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha Catalográfica. UCSal. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

M828 Moraes, Adílio Moreira de

Agressividade de detentos e a prática de esportes: relações e contribuições ao processo de ressocialização / Adílio Moreira de Moraes . – Salvador, 2026. 99f.

Supervisora: Profa. Dra. Kátia Oliver de Sá.

Relatório Final (Pós-Doutorado) – Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Pós-Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania. Linha de Pesquisa: Direitos Sociais e Novos Direitos, Construção de Sujeitos e Cidadania.

1. Esporte 2. Atividade Física 3. Sistema Prisional 4. Agressividade e Ressocialização I. Sá, Kátia Oliver de – Supervisora II. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação III. Título.

CDU: 343.82:796-058.56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Critérios de inclusão e exclusão dos estudos analisados	27
Quadro 2. Matriz de síntese dos estudos sobre prática esportiva, agressividade e ressocialização no sistema prisional	31
Quadro 3. Ano de publicação das pesquisas	35
Quadro 4. Distribuição de pesquisas por país	36
Quadro 5. Contribuições disciplinares nas pesquisas sobre práticas esportivas em prisões	37
Quadro 6. Modalidades esportivas investigadas em contextos prisionais	39
Quadro 7. Categorias analíticas da revisão de literatura integrativa	40
Quadro 8. Proposta de intervenção esportiva para o sistema prisional	45

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos estudos	29
Figura 2. Modelo de política pública esportiva para o sistema prisional	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DeCS (Descritores em Ciências da Saúde)

MeSH (Medical Subject Headings)

PUBMED (Publisher MEDLINE)

PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses)

SCIELO (Scientific Electronic Library Online)

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação justifica-se pelo contexto de desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, precariedade estrutural e escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social, fatores que dificultam o funcionamento das instituições e favorecem a ocorrência de conflitos e comportamentos agressivos entre os detentos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo, analisando e sintetizando resultados de diferentes estudos nacionais e internacionais. As buscas foram efetuadas em bases de dados reconhecidas, como SciELO, PubMed, Google Scholar e Web of Science, utilizando descritores relacionados a esporte, atividade física, sistema prisional, agressividade e ressocialização. Após a identificação inicial de 312 registros, a aplicação de critérios de inclusão e exclusão resultou na seleção de 40 artigos para análise, que foram sistematizados em uma matriz de síntese, permitindo a comparação de autores, metodologias, populações estudadas, modalidades esportivas, variáveis analisadas e principais achados. Os resultados evidenciam que a participação em programas esportivos no ambiente prisional está associada à redução de agressividade física e verbal, hostilidade e impulsividade, além de favorecer a melhoria da saúde física e mental dos detentos. A prática esportiva também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relevantes, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe, promovendo a melhoria das relações interpessoais e fortalecendo a convivência institucional. Esportes coletivos, como futebol e futsal, são predominantes devido à facilidade de implementação, baixo custo e identificação cultural, estimulando a interação social e a aprendizagem de valores sociais. Além disso, a inserção dessas atividades em programas estruturados, com acompanhamento de profissionais qualificados, confere caráter pedagógico e socioeducativo ao esporte, ampliando seu potencial de ressocialização. Apesar dos benefícios identificados, a literatura aponta desafios para a implementação desses programas, incluindo falta de infraestrutura, escassez de profissionais especializados e limitações institucionais, bem como a heterogeneidade metodológica dos estudos, o que dificulta a generalização dos resultados. Conclui-se que a prática de atividades esportivas no sistema prisional constitui uma ferramenta relevante de intervenção social, capaz de reduzir a agressividade, melhorar as relações interpessoais e desenvolver habilidades socioemocionais entre indivíduos privados de liberdade. Quando integradas a políticas públicas de educação, trabalho e inclusão social, essas atividades têm potencial de fortalecer os processos de reintegração, promover ambientes institucionais mais humanizados e gerar oportunidades de desenvolvimento pessoal e inclusão social para os detentos.

Palavras-chave: Esporte, Atividade Física, Sistema Prisional, Agressividade e Ressocialização.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze, through an integrative literature review, the scientific evidence regarding the relationship between the practice of sports in the prison context, the reduction of aggressiveness among incarcerated individuals, and its contributions to the processes of social reintegration. The investigation is justified by the context of challenges faced by the Brazilian prison system, characterized by overcrowding, structural deficiencies, and a lack of public policies aimed at social reintegration—factors that hinder the functioning of institutions and contribute to the occurrence of conflicts and aggressive behavior among inmates. To achieve the proposed objectives, an integrative literature review was conducted, gathering, analyzing, and synthesizing results from different national and international studies. The searches were carried out in recognized databases such as SciELO, PubMed, Google Scholar, and Web of Science, using descriptors related to sport, physical activity, prison system, aggressiveness, and social reintegration. After the initial identification of 312 records, the application of inclusion and exclusion criteria resulted in the selection of 40 articles for analysis. These were organized into a synthesis matrix, allowing comparison of authors, methodologies, studied populations, sports modalities, analyzed variables, and main findings. The results indicate that participation in sports programs within the prison environment is associated with a reduction in physical and verbal aggressiveness, hostility, and impulsivity, in addition to promoting improvements in the physical and mental health of inmates. Sports practice also contributes to the development of relevant socio-emotional skills, such as cooperation, discipline, respect for rules, collective responsibility, and teamwork, improving interpersonal relationships and strengthening institutional coexistence. Team sports, such as soccer and futsal, are predominant due to their ease of implementation, low cost, and cultural identification, encouraging social interaction and the learning of social values. Furthermore, the inclusion of these activities in structured programs, with the supervision of qualified professionals, gives sport a pedagogical and socio-educational character, expanding its potential for social reintegration. Despite the identified benefits, the literature points to challenges for the implementation of these programs, including lack of infrastructure, shortage of specialized professionals, and institutional limitations, as well as methodological heterogeneity among studies, which makes it difficult to generalize the results. It is concluded that the practice of sports activities in the prison system constitutes a relevant tool for social intervention, capable of reducing aggressiveness, improving interpersonal relationships, and developing socio-emotional skills among incarcerated individuals. When integrated with public policies in education, work, and social inclusion, these activities have the potential to strengthen reintegration processes, promote more humanized institutional environments, and create opportunities for personal development and social inclusion for inmates.

Keywords: Sport, Physical Activity, Prison System, Aggressiveness, and Social Reintegration.

SUMÁRIO

PARTE 1 – RELATÓRIO FINAL DE PESQUISA EXECUTADA

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 JUSTIFICATIVA	12
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA	12
1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA	13
1.4 OBJETIVOS	14
1.4.1 Objetivo Geral	14
1.4.2 Objetivo Específicos	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO	15
2.2 AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO PRISIONAL	16
2.3 ESPORTE COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	18
2.4 PROGRAMAS ESPORTIVOS EM AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	20
3 METODOLOGIA	24
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	24
3.2 TIPO DE REVISÃO	25
3.3 QUESTÃO NORTEADORA DA REVISÃO	25
3.4 ESTRATÉGIA DE BUSCA, BASES DE DADOS E DESCRITORES	26
3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	27
3.6 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS	28
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS	30
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS.	34
4.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS ESTUDOS SELECIONADOS.	40
4.2.1 Práticas esportivas no contexto prisional	40
4.2.2 Impactos da prática esportiva na agressividade de detentos.	41
4.2.3 Contribuições psicossociais do esporte no ambiente prisional	41
4.2.4 Esporte e processos de ressocialização	42
4.3 SÍNTESE CRÍTICA DOS RESULTADOS	43

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA BASEADA NA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES	45
5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA INTERVENÇÃO ESPORTIVA NO CONTEXTO PRISIONAL	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	56

PARTE 2 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO DE PÓS – DOUTORAMENTO NO PPGPSC

1. PUBLICAÇÕES

1.1 AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO	62
1.2 CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ESPORTES EM DETENTOS	62

2. ATIVIDADES ACADÊMICAS

2.1 SEMINÁRIO I PÓS DOC – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	63
2.2 SEMINÁRIO II PÓS DOC – ESTRUTURAS DA CONTRUÇÃO DA PESQUISA COM ÊNFASE NA METODOLOGIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	63
2.3 SEMINÁRIO III PÓS DOC – APESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	63

3. EVENTOS CIENTÍFICOS

3.1 SEMANA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP CERTIFICADO MODALIDADE PÔSTER	63
3.2 SEMANA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP CERTIFICADO MODALIDADE RODA DE CONVERSA	63
3.3 SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIGRANDE CERTIFICADO MODALIDADE PÔSTER	63

3.4 SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIGRANDE	
CERTIFICADO MODALIDADE PÔSTER	63
APENDICE A	64
APENDICE B	96
APENDICE C	97

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional contemporâneo enfrenta inúmeros desafios relacionados à violência institucional, à superlotação e às dificuldades na promoção da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. No contexto brasileiro, essas problemáticas tornam-se ainda mais evidentes diante do crescimento expressivo da população carcerária nas últimas décadas e da precariedade estrutural observada em muitas unidades prisionais. Esses fatores contribuem para a formação de um ambiente institucional marcado por tensões constantes, fragilidade nas relações interpessoais e limitações na implementação de políticas públicas voltadas à reintegração social dos indivíduos encarcerados (Salla; Dias, 2019).

A agressividade entre detentos configura-se como um dos principais elementos que impactam negativamente o cotidiano das instituições penitenciárias. A ocorrência recorrente de conflitos interpessoais, episódios de violência e disputas internas compromete não apenas a segurança das unidades prisionais, mas também a realização de atividades educacionais, culturais e sociais destinadas à população privada de liberdade. Diversos estudos indicam que a ausência de atividades estruturadas no cotidiano carcerário contribui para o aumento da ociosidade e da tensão entre os indivíduos, favorecendo o surgimento de comportamentos agressivos e de situações de conflito (Liebling, 2004; Salla; Dias, 2019).

A análise da agressividade no contexto prisional demanda uma perspectiva que vá além de explicações centradas exclusivamente no indivíduo, incorporando dimensões sociais, institucionais e históricas que atravessam a experiência do encarceramento. Nesse sentido, o ambiente prisional, marcado pela privação de liberdade, pelo enfraquecimento de vínculos sociais e pelas condições estruturais frequentemente precárias, constitui um espaço propício à intensificação de tensões e à manifestação de comportamentos agressivos. Tais dinâmicas são potencializadas por fatores como a superlotação, a ausência de políticas efetivas de assistência e as limitações no acesso a atividades educativas e laborais, configurando um cenário que favorece a reprodução de práticas violentas e conflitos interpessoais no interior das unidades prisionais (Dias, 2020).

Além disso, o modelo penal predominante em diversos países apresenta características fortemente punitivistas, priorizando estratégias de controle disciplinar e contenção da população encarcerada. Nesse contexto, observa-se que muitas políticas prisionais acabam concentrando seus esforços na vigilância e na manutenção da ordem institucional, em detrimento da implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano, educacional e social das pessoas privadas de liberdade. Tal perspectiva tende a limitar as possibilidades de

transformação subjetiva e social dos indivíduos encarcerados, contribuindo para a manutenção de ciclos de violência e conflito no ambiente prisional (Smith; Waddington, 2019).

Diante dessas circunstâncias, diferentes estudos têm buscado identificar estratégias capazes de contribuir para a melhoria das relações interpessoais e para a redução da violência no interior das instituições penitenciárias. Entre essas estratégias, destaca-se a prática de atividades físicas e esportivas, que tem sido reconhecida como uma importante ferramenta de intervenção social no contexto prisional. O esporte apresenta potencial para promover benefícios físicos, psicológicos e sociais, contribuindo para o desenvolvimento de valores como disciplina, cooperação, respeito às regras e controle emocional (Coakley, 2017).

De acordo com Coalter (2013), as práticas esportivas possuem relevante potencial de promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social, especialmente em contextos caracterizados por vulnerabilidade social. No ambiente prisional, o esporte pode contribuir para a reorganização das relações sociais entre os detentos, favorecendo o fortalecimento de vínculos coletivos, a cooperação e a construção de comportamentos mais socialmente adequados.

Estudos nacionais e internacionais indicam que programas esportivos desenvolvidos no sistema penitenciário podem contribuir para a redução de níveis de estresse, ansiedade e agressividade entre os indivíduos privados de liberdade. A prática regular de atividades físicas favorece a liberação de tensões acumuladas no cotidiano carcerário e promove melhorias na saúde física e mental da população encarcerada, aspectos considerados relevantes para a melhoria do clima institucional nas unidades prisionais (Melo; Costa, 2020).

Pesquisas empíricas também apontam que a participação sistemática em atividades esportivas está associada à diminuição de infrações disciplinares e episódios de violência institucional. Gallant, Sherry e Nicholson (2015) destacam que o esporte favorece a internalização de normas sociais, o respeito às regras e o fortalecimento do senso de responsabilidade coletiva entre os participantes.

Esses aspectos mostram-se fundamentais para a promoção de melhores condições de convivência no ambiente prisional. Nesse contexto, o esporte pode ser compreendido como um relevante dispositivo pedagógico no interior das instituições penitenciárias, ao possibilitar vivências coletivas pautadas na cooperação, no respeito mútuo e no trabalho em equipe. Tais práticas favorecem o desenvolvimento de competências socioemocionais, como autocontrole, empatia e responsabilidade, essenciais para a convivência social. Essa dimensão adquire ainda maior relevância ao se considerar que a população privada de liberdade, em sua maioria, é composta por indivíduos com trajetórias marcadas por processos de exclusão social, baixa

escolarização e acesso restrito a bens culturais e oportunidades educativas ao longo da vida (Marques; Ginciene, 2021).

Nesse contexto, a literatura científica tem destacado o papel das atividades esportivas como elemento relevante na reorganização das dinâmicas sociais presentes no ambiente prisional. A participação em programas de esporte e atividade física possibilita a construção de experiências coletivas que favorecem a cooperação, o respeito às normas e a convivência social, contribuindo para a redução de tensões e conflitos entre os indivíduos privados de liberdade.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa sobre a agressividade no ambiente prisional descreve um tema significativo tanto para o âmbito das ciências sociais quanto para as políticas públicas orientadas à segurança e à justiça criminal. A violência entre detentos retrata um desafio significativo para a administração penitenciária, representando não somente os indivíduos privados de liberdade, como também os profissionais que agem nas instituições prisionais e a própria sociedade.

Nesse cenário, torna-se fundamental investigar estratégias capazes de contribuir para a redução de comportamentos agressivos e para a promoção de práticas que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social dos detentos. A prática esportiva tem sido apontada como uma ferramenta potencialmente eficaz nesse processo, uma vez que pode favorecer a canalização de tensões, o desenvolvimento do autocontrole e o fortalecimento de valores sociais importantes para a convivência coletiva.

Além disso, o estudo contribui para o avanço das discussões acadêmicas sobre políticas de ressocialização, ampliando o conhecimento sobre os impactos das atividades esportivas no contexto prisional. A pesquisa também apresenta relevância social, uma vez que pode subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas à humanização do sistema penitenciário e à promoção de estratégias mais eficazes de reintegração social.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

Considerando as elevadas taxas de agressividade e violência no ambiente prisional, bem como o crescimento da produção científica que aponta o esporte como estratégia de intervenção psicossocial, emerge a seguinte questão central de pesquisa: De que maneira a prática de esportes no contexto prisional se relaciona com a redução da agressividade de indivíduos

privados de liberdade e com os processos de ressocialização, à luz das evidências científicas disponíveis na literatura?

De forma complementar, o problema de pesquisa desdobra-se nas seguintes questões orientadoras:

- Quais tipos de práticas esportivas têm sido investigados no contexto prisional em relação à agressividade?
- Quais indicadores de agressividade e ressocialização são utilizados nos estudos analisados?
- Quais são os principais resultados, limitações metodológicas e lacunas teóricas identificadas na produção científica sobre o tema?

1.3 HIPÓTESES DA PESQUISA

Considerando o referencial teórico apresentado e o caráter metodológico da revisão integrativa da literatura sistematizada, estabelecem-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H1: Os estudos analisados na literatura indicam que a participação de detentos em programas esportivos está associada à diminuição de comportamentos agressivos e de episódios de violência institucional no ambiente prisional.

H2: Programas esportivos estruturados, planejados e desenvolvidos de forma contínua apresentam maiores impactos positivos na regulação emocional, no desenvolvimento de habilidades sociais e no autocontrole dos indivíduos privados de liberdade quando comparados a práticas esportivas esporádicas ou não sistematizadas.

H3: A produção científica revisada aponta que a prática esportiva no contexto prisional contribui para o fortalecimento dos processos de ressocialização, refletindo-se em melhorias nas relações interpessoais entre os detentos e em maior engajamento em atividades educacionais e sociais no interior das instituições penitenciárias.

H4: A literatura científica sobre esporte e agressividade no sistema prisional apresenta diversidade de abordagens teóricas e metodológicas, o que pode dificultar a comparabilidade entre os resultados dos estudos e evidencia a necessidade de maior rigor metodológico nas pesquisas futuras.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Analisar as evidências na literatura científica sobre a relação entre a participação de detentos em programas esportivos e a redução do comportamento agressivo no ambiente prisional.
- Estudar os efeitos de programas esportivos estruturados e contínuos na regulação emocional, na aquisição de habilidades sociais e no autocontrole em indivíduos privados de liberdade.
- Investigar a contribuição das práticas esportivas para o processo de ressocialização e, especificamente, a contribuição das práticas esportivas para o processo de manutenção do contato e participação em atividades educativas e sociais.
- Identificar as abordagens teóricas e metodológicas presentes na literatura sobre esporte, agressão e sistema prisional, enfatizando suas concordâncias, deficiências e lacunas nos estudos detalhados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO

O sistema prisional contemporâneo constitui um dos temas centrais de debate nas áreas do Direito, da Criminologia e das Ciências Sociais, sobretudo em razão das dificuldades históricas relacionadas à efetivação da função ressocializadora da pena. Nesse contexto, a privação de liberdade não deve ser compreendida apenas como instrumento de punição, mas também como dispositivo voltado à reintegração social do indivíduo, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito, conforme discutem Bitencourt (2017) e Mirabete; Fabrini (2018).

Entretanto, conforme aponta Wacquant (2001), o encarceramento moderno está inserido em um modelo de gestão penal que tende a aprofundar desigualdades sociais, produzindo efeitos de marginalização e exclusão. De modo semelhante, Goffman (2008) evidencia que instituições totais, como o cárcere, operam por meio de processos de mortificação da identidade, dificultando a reconstrução subjetiva dos indivíduos privados de liberdade.

No caso brasileiro, a Lei de Execução Penal estabelece que a finalidade da execução da pena é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (Brasil, 1984). No entanto, a realidade empírica do sistema prisional demonstra um descompasso significativo entre a previsão normativa e sua efetivação prática, especialmente diante de condições estruturais precárias e da superlotação carcerária.

O sistema prisional brasileiro reproduz desigualdades sociais históricas, operando sob uma lógica seletiva que atinge, majoritariamente, populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, o cárcere tende a reforçar processos de exclusão social, ao invés de promover a reintegração do indivíduo ao convívio comunitário segundo autores como Adorno (1991), Salla (1999) e Salla e Dias (2019).

Além disso, a literatura evidencia que a ausência de acesso efetivo à educação, ao trabalho e à assistência social compromete diretamente os objetivos ressocializadores da pena. Segundo Julião (2010), a educação e o trabalho no sistema prisional constituem pilares fundamentais para a reconstrução de trajetórias sociais, na medida em que ampliam oportunidades e favorecem o desenvolvimento de competências para a vida em liberdade.

Sob essa perspectiva, o cenário prisional brasileiro revela uma crise estrutural caracterizada pela superlotação, precariedade das condições de custódia e insuficiência de políticas públicas voltadas à reintegração social, conforme apontam Adorno (1991) e Salla

(2017). Tais fatores contribuem para a manutenção de um ambiente institucional que, em vez de promover a ressocialização, reforça ciclos de exclusão e reincidência.

Dessa forma, a reintegração social não pode ser compreendida como resultado automático da execução da pena, mas como processo dependente de políticas públicas integradas, envolvendo Estado, sociedade e instituições. Conforme enfatiza Julião (2010), a efetividade da execução penal está diretamente relacionada à articulação entre educação, trabalho e políticas de assistência ao egresso.

Por fim, sob a perspectiva da criminologia crítica, compreende-se que o sistema prisional não opera de forma neutra. Foucault (1975) já indicava que a prisão, enquanto instituição disciplinar, não apenas pune, mas também produz sujeitos e práticas sociais, sendo atravessada por relações de poder que moldam comportamentos e trajetórias. Nesse sentido, o cárcere contemporâneo revela-se um espaço em que punição e produção de marginalidade coexistem, evidenciando a necessidade de revisão estrutural das políticas penais sob a ótica dos direitos humanos.

2.2 AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO PRISIONAL

A realidade prisional constitui um contexto complexo e multidimensional, no qual fatores institucionais, sociais e psicológicos se articulam de maneira contínua na produção de conflitos e dinâmicas de violência, conforme discutem Sykes (2007) e Wacquant (2001). Embora o sistema prisional seja formalmente orientado à custódia e à reintegração social, sua estrutura frequentemente se apresenta marcada por tensões interpessoais, insegurança e práticas violentas que atravessam o cotidiano carcerário, como apontam Salla (2017) e Adorno (1991).

Nesse sentido, Sykes (2007), ao analisar a experiência do encarceramento, evidencia que a privação de liberdade produz efeitos sistemáticos de sofrimento e adaptação forçada, contribuindo para a emergência de comportamentos defensivos e agressivos. De forma complementar, Wacquant (2001) argumenta que o sistema penal contemporâneo está inserido em uma lógica de gestão da marginalidade social, na qual o encarceramento tende a reforçar processos de exclusão já existentes na sociedade.

No contexto brasileiro, Salla e Dias (2019) destacam que as condições estruturais das prisões, caracterizadas por superlotação, precariedade material e insuficiência institucional, favorecem a reprodução de conflitos e o agravamento das formas de violência intramuros. Tais condições não apenas comprometem a segurança institucional, mas também intensificam tensões entre os próprios indivíduos privados de liberdade.

A superlotação carcerária constitui um dos principais fatores associados ao aumento da agressividade no ambiente prisional. A concentração excessiva de pessoas em espaços reduzidos gera disputas por recursos básicos, como alimentação, espaço físico e acesso a serviços, contribuindo para a formação de um ambiente marcado por frustração e hostilidade, conforme apontam Wacquant (2001) e Salla (2017).

Além disso, as relações entre presos e agentes penitenciários também são afetadas pela instabilidade institucional. A escassez de recursos humanos e materiais, associada à fragilidade da gestão prisional, tende a intensificar conflitos e a deteriorar as condições de convivência no interior das unidades prisionais (Salla; Dias, 2019).

Outro elemento central na compreensão da violência prisional refere-se às dinâmicas sociais internas entre os próprios detentos. Segundo Bottoms (1999), a violência nas prisões não pode ser explicada exclusivamente por fatores individuais, mas resulta da interação entre características pessoais, condições institucionais e normas informais que estruturam a vida carcerária.

Nesse cenário, a presença de organizações criminosas no interior das prisões intensifica significativamente os níveis de conflito, ao reorganizar relações de poder e estabelecer hierarquias internas baseadas na dominação e no controle territorial, conforme apontam Dias (2013) e Salla (2017). Essas dinâmicas contribuem para a consolidação de ambientes altamente tensionados e propensos à violência.

Sob a perspectiva psicológica, Irwin e Cressey (1962) apontam que o encarceramento representa uma experiência altamente estressante, marcada por insegurança, medo e adaptação forçada. Nesse contexto, comportamentos agressivos podem emergir como estratégias de sobrevivência e autoproteção diante das condições adversas do ambiente prisional.

Adicionalmente, a cultura institucional do cárcere contribui para a reprodução da violência como forma de regulação social interna. Em muitos casos, a ausência de mecanismos eficazes de mediação de conflitos, associada à limitação de atividades educativas e laborais, favorece a consolidação de práticas violentas como linguagem dominante das relações internas.

A violência intramuros manifesta-se de forma multifacetada, envolvendo agressões físicas, ameaças, intimidação e conflitos organizados entre grupos. Sob a perspectiva foucaultiana, tais dinâmicas não podem ser compreendidas como desvios isolados, mas como parte constitutiva da própria racionalidade disciplinar do sistema prisional, o qual produz subjetividades e formas específicas de controle social (Foucault, 1975).

Nessa linha, Foucault (1975) sustenta que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce, o que permite compreender a prisão como um espaço em que relações de poder

são continuamente produzidas e reproduzidas, influenciando diretamente os comportamentos dos indivíduos privados de liberdade.

Sob a ótica da criminologia crítica, Baratta (2002) argumenta que o sistema penal não opera de forma neutra, mas reproduz desigualdades estruturais presentes na sociedade. Nesse sentido, o cárcere funciona como um mecanismo de amplificação das assimetrias sociais, contribuindo para a manutenção de processos de exclusão e marginalização.

Dessa forma, a violência prisional deve ser compreendida como um fenômeno estrutural e relacional, resultante da interação entre fatores individuais, institucionais e sociais, conforme discutem Sykes (2007) e Bottoms (1999). A superlotação, a precariedade das condições de custódia e a ausência de políticas eficazes de reintegração social constituem elementos que se articulam na produção contínua de conflitos no ambiente prisional, como apontam Wacquant (2001) e Salla (2017).

Por conseguinte, o enfrentamento da violência no sistema prisional demanda uma reconfiguração das políticas públicas sob a perspectiva dos direitos humanos, deslocando o foco da punição para a reintegração social. Conforme Baratta (2002), a superação da lógica excludente do sistema penal exige a construção de alternativas que privilegiem a inclusão social e a redução das desigualdades estruturais.

2.3 ESPORTE COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, o esporte tem sido amplamente reconhecido como um importante instrumento de intervenção social, contribuindo para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a construção de valores fundamentais à convivência coletiva. Em contextos marcados por desigualdades sociais, vulnerabilidade econômica e exclusão, a prática esportiva pode desempenhar papel estratégico na promoção de oportunidades educativas, no fortalecimento de vínculos comunitários e na prevenção de situações de risco social. Dessa forma, o esporte ultrapassa sua dimensão meramente competitiva, consolidando-se como uma ferramenta pedagógica e social capaz de promover processos de transformação social (Coalter, 2013; Hartmann; Kwauk, 2011).

A literatura contemporânea evidencia que o esporte pode funcionar como mecanismo de inclusão social, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Coakley (2011) destaca que os efeitos positivos do esporte não são automáticos, sendo dependentes da forma como as práticas são organizadas e mediadas. Programas estruturados podem favorecer o desenvolvimento de competências como cooperação, respeito às regras,

disciplina e trabalho em equipe, além de contribuir para habilidades socioemocionais essenciais à convivência social.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre esporte e desenvolvimento humano. Estudos indicam que iniciativas esportivas orientadas ao desenvolvimento social têm sido utilizadas como estratégias de promoção da saúde, educação e inclusão em diferentes contextos internacionais. Segundo Schulenkorf (2017), o esporte possui características que favorecem a interação social, o engajamento comunitário e o fortalecimento de redes sociais, elementos fundamentais para processos de transformação social sustentada.

Além disso, o esporte pode atuar como um importante gerador de capital social. Putnam (2000) destaca que práticas coletivas fortalecem redes de confiança, reciprocidade e cooperação, ampliando oportunidades sociais e econômicas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, o esporte contribui para a criação de vínculos sociais que ultrapassam o espaço da prática esportiva, influenciando positivamente trajetórias individuais e coletivas.

No campo das políticas públicas, o esporte tem sido utilizado como instrumento de promoção da cidadania e da inclusão social. Hartmann e Kwauk (2011) ressaltam que programas esportivos são frequentemente incorporados a estratégias de desenvolvimento social, especialmente no enfrentamento de problemas como violência urbana, desigualdade social e exclusão juvenil. Tais programas buscam utilizar o esporte como ferramenta de engajamento comunitário e formação cidadã.

Fraser-Thomas, Côté e Deakin (2018) destacam que programas esportivos estruturados podem gerar impactos positivos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente quando integrados a objetivos educacionais. A participação em atividades esportivas pode favorecer autoestima, motivação para aprendizagem e senso de pertencimento, além de oferecer ambientes seguros de socialização.

A literatura também indica que o esporte contribui para a saúde física e mental dos indivíduos. Eime et al. (2013) apontam que a participação esportiva está associada à melhora dos níveis de bem-estar psicológico, redução de sintomas de ansiedade e depressão, além de benefícios à saúde física geral. Esses efeitos reforçam o potencial do esporte como instrumento de promoção da qualidade de vida.

Outra dimensão relevante refere-se à construção de valores sociais e éticos. Camiré e Trudel (2010) destacam que o ambiente esportivo constitui espaço privilegiado de aprendizagem social, no qual são desenvolvidos valores como respeito, responsabilidade,

cooperação e solidariedade. Esses elementos são fundamentais para a formação cidadã e para o fortalecimento de relações sociais mais saudáveis.

A relação entre esporte e educação também tem sido amplamente discutida na literatura. Bailey et al. (2009), em revisão sistemática, demonstram que a participação em atividades esportivas pode contribuir para o desempenho escolar, aumento da concentração e desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais relevantes para o processo de aprendizagem.

Em contextos de vulnerabilidade social, o esporte assume papel ainda mais relevante como instrumento de transformação social. Coakley (2011) argumenta que programas esportivos comunitários podem promover inclusão social ao oferecer experiências positivas de socialização, contribuindo para ampliar perspectivas de vida e oportunidades futuras.

Entretanto, a literatura também ressalta que os impactos positivos do esporte dependem diretamente da forma como os programas são estruturados. Kidd (2018) enfatiza que a simples prática esportiva não garante resultados sociais positivos, sendo essencial a existência de planejamento pedagógico, intencionalidade educativa e acompanhamento profissional qualificado.

Nesse sentido, a atuação de profissionais capacitados é fundamental para garantir o caráter educativo das práticas esportivas. Como destacam Jones, Edwards e Viotto Filho (2017), são os profissionais da educação física e gestores de projetos sociais que constroem ambientes esportivos baseados na participação, inclusão e valorização da diversidade.

A participação comunitária também é apontada como elemento essencial para a sustentabilidade dos projetos esportivos. Schulenkorf (2017) ressalta que iniciativas que envolvem ativamente a comunidade tendem a apresentar maior impacto social e maior continuidade ao longo do tempo, fortalecendo o senso de pertencimento coletivo.

Por fim, o esporte deve ser compreendido como instrumento de transformação social apenas quando articulado a políticas públicas consistentes e fundamentos pedagógicos sólidos, conforme discutem Coalter (2019) e Kidd (2018). Nesse contexto, consolida-se como ferramenta de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento comunitário, desde que implementado de forma planejada, crítica e integrada às demandas sociais contemporâneas.

2.4 PROGRAMAS ESPORTIVOS EM AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Os programas esportivos em ambientes de privação de liberdade têm sido progressivamente reconhecidos como estratégias relevantes de intervenção social voltadas à

promoção da saúde, da convivência institucional e da ressocialização de pessoas privadas de liberdade. No campo das políticas penais contemporâneas, o esporte passa a ser compreendido não apenas como atividade recreativa, mas como prática pedagógica e social capaz de contribuir para processos de reintegração social e redução de vulnerabilidades no cárcere (Marinho; Gonçalves, 2012).

Estudos indicam que o esporte no ambiente prisional pode desempenhar papel relevante na promoção da saúde física e mental dos indivíduos privados de liberdade. Nesse sentido, a literatura aponta que a privação de liberdade está associada a elevados níveis de estresse, ansiedade e sedentarismo, o que reforça a necessidade de intervenções estruturadas voltadas à prática regular de atividades físicas (Coelho; Ribeiro, 2017). Assim, o esporte emerge como estratégia de enfrentamento das condições adversas do encarceramento, contribuindo para o bem-estar psicológico e social.

Pesquisas realizadas no contexto brasileiro demonstram que programas de atividade física no sistema prisional podem produzir impactos positivos na saúde e na qualidade de vida dos detentos. Segundo Julião (2010), iniciativas educativas e esportivas no cárcere contribuem para a humanização do ambiente prisional e favorecem processos de socialização, reduzindo tensões cotidianas e promovendo maior equilíbrio institucional.

Além dos efeitos sobre a saúde, os programas esportivos também exercem influência na organização da rotina prisional. A inserção de atividades estruturadas contribui para a redução do ócio e da ociosidade, fatores frequentemente associados ao aumento de conflitos no ambiente carcerário. De acordo com Adorno (1991), o sistema prisional brasileiro apresenta condições estruturais que favorecem a reprodução da violência e dificultam processos de ressocialização, sendo o esporte uma das estratégias possíveis de mitigação dessas tensões institucionais.

Nesse sentido, o esporte pode atuar como ferramenta de gestão do comportamento e mediação de conflitos. A literatura aponta que atividades esportivas supervisionadas contribuem para a diminuição de episódios de indisciplina e agressividade, ao oferecer espaços regulados de descarga emocional e interação social controlada (Salla, 2019). Dessa forma, o esporte pode funcionar como mecanismo de organização institucional e redução de conflitos internos.

Do ponto de vista pedagógico, o esporte no cárcere também se apresenta como espaço de aprendizagem social. A participação em práticas esportivas coletivas favorece o desenvolvimento de valores como cooperação, respeito às regras, disciplina e convivência em grupo, elementos fundamentais para a reinserção social. Nesse sentido, Marinho e Gonçalves

(2012) destacam que o esporte pode ser compreendido como prática educativa não formal, capaz de contribuir para a formação cidadã de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o esporte pode atuar como instrumento de reconstrução de vínculos sociais e fortalecimento da identidade dos indivíduos privados de liberdade. Estudos apontam que a participação em programas esportivos contribui para o aumento da autoestima, da autoconfiança e da percepção de pertencimento social, elementos fundamentais para processos de mudança comportamental (Coelho; Ribeiro, 2017).

No contexto da ressocialização, o esporte também se articula com outras políticas públicas, como educação e qualificação profissional. Segundo Julião (2010), a efetividade da reintegração social depende da integração entre diferentes dimensões da política penal, sendo o esporte um componente complementar no processo de formação humana e cidadã.

A literatura brasileira também evidencia que o sistema prisional tende a reproduzir desigualdades sociais estruturais, o que impacta diretamente os processos de reintegração. Conforme Adorno (1991; 2017), o cárcere não apenas reflete, mas também intensifica desigualdades sociais pré-existentes, tornando necessária a implementação de políticas intersetoriais voltadas à redução da exclusão social.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do esporte na regulação emocional dos indivíduos privados de liberdade. A prática esportiva permite a canalização de tensões e frustrações de maneira socialmente estruturada, reduzindo a probabilidade de comportamentos agressivos (Salla, 2019). Dessa forma, o esporte pode ser compreendido como dispositivo de mediação simbólica das tensões próprias do ambiente prisional.

No entanto, a literatura também destaca que os impactos positivos do esporte no sistema prisional dependem de condições estruturais adequadas. A ausência de espaços apropriados, profissionais qualificados e apoio institucional limita significativamente os resultados das intervenções esportivas (Julião, 2010). Assim, a efetividade dessas práticas está diretamente relacionada à sua institucionalização e planejamento pedagógico.

Além disso, a articulação entre esporte e políticas de ressocialização mais amplas é fundamental. A integração entre educação formal, trabalho e atividades esportivas potencializa os efeitos positivos das intervenções, favorecendo o desenvolvimento integral dos indivíduos privados de liberdade, conforme apontam Julião (2010) e Coalter (2019).

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação das pesquisas sobre programas esportivos no sistema prisional brasileiro, especialmente estudos longitudinais que avaliem seus impactos sobre reincidência criminal e reinserção social, conforme apontam Coalter (2019) e

Schulenkorf e Siefken (2019). Embora os resultados existentes apontem efeitos positivos, ainda há lacunas importantes na produção científica nacional sobre o tema.

Dessa forma, o esporte no ambiente prisional deve ser compreendido como estratégia complementar de intervenção social, capaz de contribuir para a humanização do cárcere, a redução de tensões institucionais e o fortalecimento de processos de ressocialização, desde que implementado de forma planejada, estruturada e integrada às políticas públicas penais, conforme discutem Meek (2014) e Holt, Neely e Camiré (2020).

3 METODOLOGIA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A revisão de literatura integrativa sistematizada constitui um método de pesquisa bibliográfica que tem como objetivo reunir, analisar, comparar e sintetizar resultados de diferentes estudos científicos sobre determinado tema, de maneira organizada, criteriosa e metodologicamente estruturada. Esse tipo de revisão possibilita a construção de uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno investigado, a partir da análise de evidências científicas previamente produzidas.

Diferentemente das revisões narrativas tradicionais, a revisão integrativa caracteriza-se pela adoção de procedimentos sistemáticos na busca, seleção, análise e síntese dos estudos. Essa sistematização contribui para garantir maior rigor metodológico ao processo de investigação, permitindo que os resultados obtidos apresentem maior consistência científica. Além disso, esse tipo de revisão possibilita integrar resultados provenientes de diferentes abordagens metodológicas, como estudos qualitativos, quantitativos e mistos, ampliando as possibilidades de interpretação e análise da temática investigada.

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrativa é um dos métodos mais utilizados em pesquisas acadêmicas, pois permite organizar e sistematizar o conhecimento produzido sobre determinado assunto. Por meio desse método, torna-se possível identificar padrões de resultados, lacunas existentes na literatura científica e diferentes perspectivas teóricas utilizadas pelos pesquisadores que investigam a temática em questão.

Em geral, existem algumas etapas elementares a serem seguidas na realização de uma revisão integrativa, que envolvem a definição do problema ou questão a ser revisada, o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos, a estratégia de busca e as bases de dados a serem pesquisadas; a leitura e seleção de estudos relevantes; a organização das informações e a categorização da literatura; e a realização de uma análise crítica e síntese dos resultados.

Nesse contexto, a pesquisa bibliográfica desempenha papel fundamental no desenvolvimento do conhecimento científico, uma vez que possibilita analisar e interpretar produções acadêmicas previamente publicadas, contribuindo para a ampliação das discussões teóricas sobre determinado fenômeno social (Minayo, 2014). Assim, a revisão integrativa sistematizada permite mapear, organizar e interpretar a produção científica existente sobre um determinado tema, oferecendo uma visão abrangente do estado do conhecimento e contribuindo

para o desenvolvimento de novas pesquisas e para a formulação de práticas e políticas fundamentadas em evidências científicas.

Diante disso, a utilização da revisão integrativa mostra-se adequada para investigar a relação entre a agressividade de detentos, a prática esportiva no ambiente prisional e os processos de ressocialização. Esse método possibilita reunir estudos produzidos em diferentes campos do conhecimento, como educação física, psicologia, saúde pública e criminologia, permitindo uma análise mais abrangente das contribuições das atividades esportivas para a redução da agressividade e para a reintegração social de indivíduos privados de liberdade.

3.2 TIPO DE REVISÃO

O presente estudo adota como método a revisão integrativa da literatura sistematizada. Esse tipo de revisão caracteriza-se pela realização de um processo estruturado de busca, seleção, análise e síntese de estudos científicos relacionados a um tema específico.

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrativa permite identificar tendências da produção científica, lacunas existentes na literatura e diferentes abordagens teóricas utilizadas pelos pesquisadores para analisar determinado fenômeno.

Diferentemente de outras modalidades de revisão, a revisão integrativa possibilita a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, como pesquisas qualitativas, quantitativas e estudos mistos, favorecendo uma análise mais abrangente da temática investigada.

3.3 QUESTÃO NORTEADORA DA REVISÃO

A definição da questão norteadora constitui uma etapa essencial no desenvolvimento da revisão integrativa, pois orienta todo o processo de busca, seleção e análise dos estudos científicos. A elaboração de uma pergunta clara e bem delimitada permite direcionar a investigação, contribuindo para a organização sistemática das evidências disponíveis na literatura e para a construção de uma análise crítica dos estudos selecionados.

De acordo com Botelho, Cunha e Macedo (2011), a formulação da questão norteadora representa um dos momentos mais importantes da revisão integrativa, uma vez que ela estabelece os limites da investigação e orienta todas as etapas subsequentes do processo de pesquisa, como a definição das estratégias de busca, a seleção das bases de dados e a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Nesse sentido, uma questão de pesquisa bem

estruturada contribui para garantir maior rigor metodológico e maior consistência na análise da produção científica existente sobre determinada temática.

Considerando o tema proposto e os objetivos da pesquisa, estabeleceu-se a seguinte questão norteadora: De que maneira a prática de esportes no contexto prisional se relaciona com a redução da agressividade de indivíduos privados de liberdade e com os processos de ressocialização, à luz das evidências científicas disponíveis na literatura?

Essa questão orientou a busca e a seleção dos estudos científicos analisados na presente revisão, permitindo identificar pesquisas que abordassem as relações entre prática esportiva, comportamento agressivo e processos de ressocialização no sistema prisional. A partir dessa delimitação, foi possível reunir evidências científicas relevantes e analisar de forma sistematizada as contribuições das atividades esportivas para a dinâmica social e comportamental no ambiente penitenciário.

3.4 ESTRATÉGIA DE BUSCA, BASES DE DADOS E DESCRITORES

A estratégia de busca foi realizada em bases de dados eletrônicas amplamente reconhecidas na produção científica nacional e internacional, com o objetivo de identificar estudos relevantes relacionados à temática investigada. Para isso, foram selecionadas bases que apresentam ampla cobertura de periódicos científicos e que disponibilizam pesquisas revisadas por pares nas áreas das ciências sociais, educação física, saúde pública e criminologia.

Nesse sentido, as buscas foram conduzidas nas seguintes bases de dados: SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed, Google Scholar e Web of Science. A escolha dessas bases justifica-se por sua relevância na disseminação do conhecimento científico e pela diversidade de estudos disponíveis sobre temas relacionados ao sistema prisional, à prática de atividades físicas e esportivas e aos aspectos comportamentais e sociais associados à população privada de liberdade.

Para a realização das buscas foram utilizados descritores previamente definidos, com o objetivo de localizar estudos diretamente relacionados ao objeto de investigação. Esses descritores foram combinados por meio de operadores booleanos, que consistem em recursos amplamente utilizados nas estratégias de busca em bases de dados científicas para ampliar ou refinar os resultados encontrados. Entre os operadores mais utilizados destacam-se o AND, que permite combinar termos e recuperar estudos que contenham simultaneamente os descritores empregados, e o OR, que possibilita ampliar a busca ao incluir termos semelhantes ou relacionados.

No presente estudo, os descritores foram definidos a partir de vocabulários controlados, como o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e o MeSH (Medical Subject Headings), além de termos livres frequentemente utilizados na literatura científica relacionada à temática investigada. A partir desses descritores, foram elaboradas diferentes combinações de busca com o auxílio dos operadores booleanos AND e OR, com o objetivo de ampliar e ao mesmo tempo refinar a recuperação dos estudos relevantes.

Entre as principais estratégias de busca utilizadas destacam-se as combinações: “esporte” OR “atividade física” AND “sistema prisional” OR “prisão”, “sport” OR “physical activity” AND “prison” OR “incarceration”, “agressividade” OR “violência” AND “ressocialização”, bem como “aggression” AND “rehabilitation” AND “prison”. Essas combinações permitiram contemplar tanto descritores em língua portuguesa quanto em língua inglesa, ampliando o alcance da busca nas bases de dados consultadas. Ressalta-se que as estratégias de busca foram adaptadas às especificidades de cada base de dados, considerando suas particularidades quanto aos mecanismos de indexação e recuperação de informações.

A utilização dessas combinações possibilitou identificar pesquisas que abordassem tanto os aspectos comportamentais relacionados à agressividade no ambiente prisional quanto as dimensões sociais, educativas e psicossociais associadas à prática de atividades esportivas no processo de ressocialização de indivíduos privados de liberdade.

Dessa forma, a estratégia de busca adotada permitiu localizar um conjunto diversificado de estudos científicos sobre a relação entre prática esportiva, comportamento agressivo e reintegração social no contexto do sistema prisional, contribuindo para a construção de uma análise abrangente e sistematizada da literatura disponível sobre a temática investigada.

3.5 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Para garantir a seleção de estudos alinhados aos objetivos da pesquisa, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, os quais orientaram o processo de seleção dos artigos científicos analisados na revisão integrativa.

Quadro 1 – Critérios de inclusão e exclusão dos estudos analisados

Critério de Inclusão	Critério de Exclusão
Estudos publicados em periódicos científicos revisados por pares	Trabalhos que não abordem contexto prisional

Pesquisas que investiguem práticas esportivas ou atividades físicas no sistema prisional	Estudos que tratem de esporte sem relação com agressividade ou ressocialização
Estudos que analisem agressividade, comportamento disciplinar ou ressocialização de detentos	Trabalhos com insuficiência metodológica ou ausência de clareza nos procedimentos
Artigos publicados em português, inglês ou espanhol	Editorial, carta ao editor, resumos de eventos ou textos não revisados por pares
Estudos publicados dentro do recorte temporal definido pela pesquisa	Estudos duplicados ou repetidos em diferentes bases de dados

Fonte: Elaboração própria com base na metodologia da revisão de literatura integrativa.

No que se refere aos critérios de inclusão, foram considerados elegíveis os estudos publicados no período compreendido entre os anos de 2010 e 2025, disponíveis nos idiomas português, inglês ou espanhol. Também foram incluídas pesquisas que abordassem a prática esportiva ou a atividade física no contexto do sistema prisional, bem como estudos que apresentassem metodologia científica claramente definida, possibilitando a análise adequada dos procedimentos utilizados e dos resultados obtidos.

Em relação aos critérios de exclusão, foram desconsiderados estudos duplicados identificados em mais de uma base de dados, de modo a evitar repetição de informações na análise final. Além disso, foram excluídas pesquisas que não apresentavam metodologia científica consistente, bem como estudos que abordavam a prática de atividade física fora do contexto prisional. Também foram excluídas publicações que não tratavam diretamente da problemática investigada, ou seja, aquelas que não estabeleciam relação entre prática esportiva, agressividade ou processos de ressocialização no ambiente penitenciário.

A aplicação desses critérios contribuiu para garantir maior rigor metodológico na seleção dos estudos, permitindo que apenas pesquisas alinhadas ao objetivo da investigação fossem incluídas na análise final da revisão integrativa.

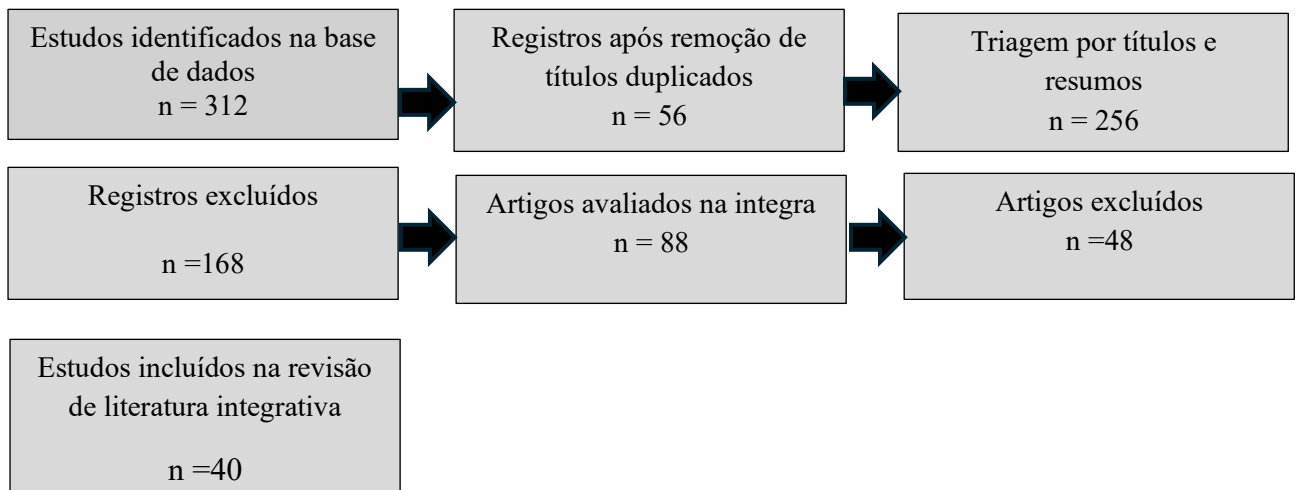
3.6 PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A presente investigação foi conduzida por meio de uma revisão integrativa da literatura, metodologia que permite a síntese e análise crítica de resultados provenientes de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, contribuindo para uma compreensão abrangente de determinado fenômeno científico (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A seleção dos estudos seguiu as diretrizes do protocolo PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews

and Meta-Analyses), amplamente utilizado em revisões sistemáticas para garantir transparência, rigor metodológico e reprodutibilidade científica (Moher et al., 2009).

Os dados coletados foram então examinados com base no conteúdo específico em estudo, e os resultados da pesquisa foram apresentados em um fluxograma (Figura 1) que segue as diretrizes fornecidas pelo PRISMA-ScR e foi publicado como parte da revisão de literatura integrativa.

Figura 1 – Fluxograma PRISMA do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborado pela própria autora (2025)

Inicialmente, foram realizadas buscas nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PubMed, Google Scholar e Web of Science, utilizando combinações de descritores em português, inglês e espanhol, tais como: esporte, atividade física, prisão, sistema penitenciário, agressividade, ressocialização, sport, physical activity, prison e rehabilitation.

O processo resultou em 312 estudos identificados. Após a remoção de títulos duplicados 56, permaneceram 256 registros. Na etapa de triagem por resumos, 168 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Assim, 88 estudos foram avaliados na íntegra, dos quais 48 foram excluídos por não apresentarem relação direta com o tema ou por insuficiência metodológica. Após esse processo de filtragem, 40 artigos científicos foram selecionados para compor a análise final da revisão integrativa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram selecionados 40 artigos científicos que abordam a relação entre prática esportiva, agressividade e processos de ressocialização no sistema prisional. Os estudos identificados foram analisados de forma sistemática e organizados em uma matriz de síntese, instrumento que possibilita a sistematização e comparação das principais características das pesquisas incluídas na revisão.

A matriz de síntese permitiu reunir e estruturar informações relevantes de cada estudo, contemplando os seguintes aspectos: autor e ano de publicação, tipo de estudo, população investigada, tipo de intervenção esportiva realizada, variáveis analisadas, principais resultados encontrados e conclusões apresentadas pelos autores. Essa organização possibilitou uma visão comparativa das investigações selecionadas, permitindo identificar convergências, divergências e tendências na produção científica sobre o tema.

No que se refere ao tipo de estudo, observou-se predominância de pesquisas de caráter qualitativo e estudos descritivos, seguidos por estudos quantitativos e pesquisas de intervenção voltadas à avaliação de programas esportivos no contexto prisional. Em relação à população investigada, a maioria dos estudos concentrou-se em pessoas privadas de liberdade do sexo masculino, embora alguns trabalhos também tenham incluído mulheres em situação de encarceramento ou profissionais que atuam no sistema prisional, como educadores físicos e agentes penitenciários.

Quanto às intervenções esportivas analisadas, foram identificadas diversas modalidades, incluindo futebol, artes marciais, musculação, atividades recreativas, programas de educação física estruturados e práticas esportivas coletivas. Essas atividades foram geralmente desenvolvidas no âmbito de programas institucionais de educação física, projetos de ressocialização ou iniciativas socioeducativas voltadas à promoção da saúde e à melhoria da convivência no ambiente prisional.

No que diz respeito às variáveis investigadas, os estudos analisaram principalmente aspectos relacionados à agressividade, comportamento social, disciplina, autocontrole, autoestima, saúde física e mental, relações interpessoais e processos de ressocialização. De modo geral, os resultados indicam que a participação em atividades esportivas está associada a reduções nos níveis de agressividade, melhora no comportamento social, fortalecimento de habilidades socioemocionais e contribuições positivas para os processos de reintegração social.

Além disso, diversos autores destacam que o esporte no contexto prisional pode atuar como instrumento de mediação social, favorecendo o desenvolvimento de valores como respeito, cooperação, disciplina e responsabilidade, elementos considerados relevantes para a construção de trajetórias de vida menos associadas à violência e à reincidência criminal.

A caracterização detalhada dos estudos selecionados encontra-se apresentada no Quadro 1, no qual são descritas as principais informações referentes aos artigos analisados, incluindo autoria, tipo de estudo, população investigada, tipo de intervenção esportiva, variáveis analisadas, principais resultados e conclusões.

Quadro 2 - Matriz de síntese dos estudos sobre prática esportiva, agressividade e ressocialização no sistema prisional

Autor (ano)	Tipo de Estudo	População	Tipo de intervenção esportiva	Variáveis acentuadas	Resultados principais	Conclusão
Dransmann et al. (2024)	Qualitativo	Detentos	Atividades esportivas com supervisão dos treinadores	Motivação e disciplina	Treinadores aumentam motivação e disciplina	A supervisão esportiva incentiva mudanças comportamentais e contribui para ressocialização
Battaglia et al. (2023)	Estudo empírico	População carcerária europeia	Treinamento físico e esportes coletivos	Estresse, ansiedade e bem-estar psicológico	Participantes apresentaram menor estresse e maior equilíbrio emocional	Atividade física melhora saúde mental dos detentos
Wicker et al. (2023)	Pesquisa quantitativa	Detentos	Atividades esportivas coletivas e individuais	Interação social, relações interpessoais,	Aumento da interação social e melhora das relações	O esporte fortalece relações interpessoais e promove integração social
Andrews; Andrews (2023)	Estudo empírico	Detentos	Futebol	Comportamento social	Melhora da convivência	Esporte reduz tensões institucionais
Carvalho; Silva (2022)	Empírico	Sistema prisional	Futebol	Disciplina institucional	Redução de conflitos	Esporte melhora a convivência
Pérez; Martínez (2021)	Revisão sistemática	Estudos internacionais	Futebol, basquete, Voleibol	Violência institucional comportamento social	Programas esportivos estruturados reduzem incidentes disciplinares	Esporte é ferramenta relevante para ressocialização
Dias; Oliveira (2021)	estudo qualitativo	Detentos Brasileiros	Futebol e Futsal	Disciplina e convivência social	Participantes demonstraram maior cooperação e respeito às regras	O esporte funciona como instrumento pedagógico no cárcere
Marques; Ginciene (2021)	Estudo teórico	Sistema prisional	Programas esportivos institucionais	Ressocialização e integração Social	Programas esportivos favorecem desenvolvimento	Esporte contribui para reintegração social

Sánchez et al. (2021)	Quantitativo	Detentos	Atividades esportivas coletivas e individuais	Comportamento, agressividade, habilidades sociais	Redução de comportamentos violentos	O esporte contribui para o desenvolvimento social e melhora do comportamento em prisões
Williams; Stark (2020)	Estudo empírico	Sistema penitenciário	programas esportivos	Comportamento social	Melhora das relações interpessoais	Esporte favorece autocontrole
Duguid; Hawkey (2020)	Intervenção	Detentos	Esporte estruturado	Autocontrole emocional	Redução de agressividade	Programas esportivos contínuos são eficazes
Santos; Ferreira (2020)	Quantitativo	Detentos	Futebol	Reincidência Criminal	Maior engajamento educacional	Esporte favorece a reintegração Social
Smith; Waddington (2019)	sociológico	detentos europeus	Futebol	Violência institucional	Redução de tensões internas	Esporte atua na regulação de conflitos
Martos - Garcia et al. (2019)	Empírico	Prisões Espanholas	Futebol	Inclusão social	Interação positiva	Esporte e reintegração
Buckaloo et al. (2019)	Quantitativo	Detentos EUA	Exercício físico	Depressão	Redução de sintomas depressivos	Exercício melhora saúde mental
Martinez-Merino et al (2018)	Quantitativo	Sistema Prisional espanhol	Programas esportivos	Agressividade e disciplina	Diminuição de conflitos	Atividades Físicas reduzem a agressividade
Bailey et al. (2018)	Revisão	Programas esportivos sociais	Diversos esportes	Inclusão social	Esporte promove cidadania	Esporte como ferramenta social
Nicholson; Hoye; Sherry (2018)	Revisão	Programas esportivos	Esporte coletivo	Impactos sociais	Redução de conflitos	Esporte como intervenção social
Fraser-thomas et al. (2018)	Empírico	Jovens detentos	Futebol	Desenvolvimento o pessoal	Aumento autoestima	Esporte favorece identidade positiva
Brown; Day (2018)	Empírico	Detentos	Atividade Física	Saúde mental	Redução ansiedade	Exercício melhora bem-estar
Cashin et al. (2018)	Empírico	Sistema Prisional	Programas recreativos	Comportamento	Melhora disciplina	Atividade física auxilia reabilitação
Levermore (2018)	Sociológico	Programas esportivos	Futebol	Desenvolvimento o social	Melhora interação	Esporte como política social
Kidd (2018)	Teórico	Programas esportivos	Esporte social	Desenvolvimento o Humano	Esporte promove Cidadania	Ferramenta de inclusão
Norman (2017)	Sociológico	Jovens detentos	Futebol	Identidade social	Construção de identidade positiva	Esporte como instrumento social
Wright; Ziegler (2017)	Empírico	Sistema Prisional	Programas esportivos	Reabilitação	Melhora comportamento	Esporte como ferramenta social
Jewes; Moran; Turner (2016)	Sociológico	Sistema prisional	Atividade física	Bem-estar	Melhora saúde mental	Exercício melhora ambiente prisional

Parker; Meek (2016)	Empírico	Jovens detentos	Futebol	Reabilitação	redução da agressividade	Esporte promove mudança social
Anderson (2016)	Sociológico	Prisões europeias	Futebol	Relações sociais	Fortalecimento de vínculos	Esporte reduz isolamento
Moraes (2015)	Quantitativo transversal	200 detentos – Brasil	Futebol	Agressão física, agressão verbal, raiva, hostilidade	Detentos praticantes apresentaram níveis significativamente menores de agressividade	A prática do futebol contribui para redução da agressividade e melhora da convivência
Gallant; Sherry; Nicholson (2015)	Estudo qualitativo	Detentos em prisões internacionais	Futebol e esportes coletivos	Comportamento disciplinar e interações sociais	Redução de conflitos internos e melhora das relações entre detentos	O esporte fortalece normas sociais e cooperação
Spaaij (2015)	Sociológico	Prisões internacionais	Futebol	Mobilidade Social	Melhora identidade social	esporte amplia oportunidades
Burnett (2015)	Sociológico	Programas sociais educativo	Esporte comunitário	Inclusão social	Desenvolvimento Social	Esporte como instrumento educativo
Whittemore; Knafl (2015)	Metodológico	Revisões científicas	Diversos esportes	Síntese de evidência	Estrutura de análise integrativa	Métodos para revisão sistemática
Parker; Meek; Lewis (2014)	Estudo qualitativo	Jovens detentos	Futebol	Identidade social	Fortalecimento da Autoestima	Futebol contribui para a ressocialização
Meek (2014)	Estudo qualitativo	Detentos participantes de programas prisionais	Atividades esportivas e físicas coletivas e individuais	Agressividade, comportamento institucional, disciplina, interação social	Redução de conflitos, melhora da disciplina e aumento da cooperação	O esporte funciona como ferramenta de intervenção social, contribuindo para reabilitação e ressocialização
Meek (2014)	Estudo Longitudinal	Detentos - Reino Unido	Programas esportivos	Comportamento disciplinar	Redução de violência institucional	Esporte auxilia reabilitação
Coalter (2013)	Teórico	Programas sociais	Esporte comunitário	Desenvolvimento social	Impacto positivos do esporte	Esporte promove inclusão
Walker; Hewitt (2013)	Empírico	Detentos	Recreação esportiva	Comportamento Social	Melhoria da convivência	Esporte reduz conflitos
Schulenkorf (2012)	Teórico	Programas Sociais	Esporte comunitário	Coesão social	Fortalecimento comunitário	Esporte promove inclusão
Hartmann; Kwauk (2011)	Revisão	Programas Internacionais	Esporte social	Desenvolvimento Social	Impactos positivos	Esporte como intervenção social
Sugden (2010)	Empírico	Programas esportivos	Futebol	Reconciliação social	Redução de conflitos	Esporte como medida social

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos selecionados na revisão de literatura integrativa sistemática.

Legenda: O quadro apresenta a síntese dos estudos selecionados na revisão de literatura integrativa sistemática, contemplando informações sobre autoria, ano de publicação, tipo de

estudo, população investigada, tipo de intervenção esportiva, variáveis analisadas, principais resultados e conclusões. A organização desses dados permite identificar padrões na literatura científica, especialmente no que se refere aos esportes mais praticados no contexto prisional, com destaque para o futebol e outras modalidades coletivas e seus impactos na redução da agressividade e no fortalecimento dos processos de ressocialização de indivíduos privados de liberdade.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Entre 2010 e 2024, observa-se que a produção científica sobre agressividade de detentos e a prática de esportes apresenta uma tendência crescente, embora com oscilações anuais. No início do período, em 2010, apenas um artigo foi publicado, indicando que o tema ainda estava em fase exploratória. Entre 2011 e 2013, o número de publicações manteve-se baixo, com um a dois artigos por ano, refletindo o início do interesse acadêmico pelo tema.

A partir de 2014, a produção começa a crescer, com três artigos publicados naquele ano, atingindo um primeiro pico em 2015 com cinco publicações. Este aumento sugere que os programas esportivos em prisões começaram a ser mais estudados, especialmente em relação à redução de agressividade, à promoção de disciplina e ao impacto na ressocialização dos detentos. Entre 2016 e 2018, a quantidade de publicações se manteve relativamente alta (3 a 5 artigos por ano), destacando 2018 como outro ano de pico, com cinco artigos, consolidando este período como o de maior interesse acadêmico na última década.

Nos anos 2019 a 2021, houve uma produção consistente, com três a quatro artigos publicados anualmente, demonstrando continuidade do interesse e aprofundamento das pesquisas, incluindo abordagens quantitativas e qualitativas sobre motivação, interação social e supervisão esportiva. Nos anos mais recentes, 2022 a 2024, observa-se uma leve diminuição da produção, com um artigo em 2022, três em 2023 e um em 2024, mas o tema continua relevante, mantendo o foco em estudos sobre reabilitação e reintegração social.

Em termos gerais, a maior concentração de publicações (cerca de 70%) ocorre entre 2015 e 2023, demonstrando que a pesquisa sobre esportes e ressocialização prisional é recente, mas já consolidada, reforçando a importância de revisões integrativas que sintetizem essas evidências. A análise temporal evidencia que, embora existam pequenas flutuações anuais, o interesse pelo tema permanece atual e promissor, especialmente para o desenvolvimento de programas esportivos com foco na redução de agressividade e promoção de habilidades sociais em detentos.

Quadro 3. Ano de publicação das pesquisas

Ano de publicação da pesquisa	Quantidade de pesquisas
2024	01
2023	03
2022	01
2021	04
2020	03
2019	03
2018	05
2017	04
2016	03
2015	05
2014	03
2013	02
2012	01
2011	01
2010	01
Total de artigos	40

Fonte: Elaborada pelo autor

A análise das publicações mostra que o tema “esporte e ressocialização de detentos” tem sido estudado em diferentes contextos sociopolíticos, envolvendo países como Brasil (12 artigos), Estados Unidos (10), Reino Unido (7), Espanha (6) e Canadá (5). Essa diversidade geográfica evidencia que a discussão sobre a utilização do esporte como ferramenta de intervenção social transcende fronteiras, sendo relevante tanto em sistemas penitenciários desenvolvidos quanto em contextos emergentes.

Apesar das diferenças estruturais, culturais e legais nesses países, observa-se uma notável convergência, com diversos estudos constatando que a prática de atividades físicas e esportivas favorece o desenvolvimento social, melhora a saúde física e mental e desenvolve a coesão e a sociabilidade no contexto prisional.

Isso indica que o esporte, independentemente das circunstâncias reais de cada país, é uma poderosa estratégia de intervenção educacional e terapêutica para gerar mudanças de comportamento, acalmar a agressividade e conduzir atividades de ressocialização. Além disso, o maior número de estudos realizados no Brasil e nos Estados Unidos indica uma atenção especial desses países à pesquisa aplicada, possivelmente relacionada à maior implementação

de programas esportivos e à necessidade de avaliar suas contribuições para políticas penitenciárias.

Em síntese, a análise reforça a relevância global do tema, evidenciando que o esporte é uma ferramenta universalmente reconhecida para promover saúde, integração social e ressocialização em contextos prisionais.

Quadro 4. Distribuição de pesquisas por país

País publicação da pesquisa	Quantidade de pesquisas
Brasil	12
Reino Unido	7
Espanha	6
Canadá	5
Estados Unidos	10
Total de artigos	40

Fonte: Elaborada pelo autor

Outro aspecto relevante identificado na literatura é o caráter interdisciplinar das investigações. As pesquisas sobre práticas esportivas em contextos prisionais apresentam um caráter claramente interdisciplinar, o que evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de múltiplas abordagens para compreendê-lo de forma completa. A Educação Física destaca o esporte como uma prática pedagógica, promovendo saúde física e mental, além de desenvolver hábitos saudáveis e disciplina entre os detentos, mostrando seu papel educativo e estruturante no ambiente prisional.

A Psicologia, por outro lado, concentra-se nos efeitos emocionais e comportamentais, apontando benefícios como aumento da autoestima, melhor controle emocional e redução da agressividade. Esse enfoque evidencia que o esporte funciona como uma ferramenta indireta de intervenção psicológica, auxiliando os detentos no manejo de conflitos e no equilíbrio emocional.

A perspectiva da Sociologia enfatiza a dimensão social do esporte, identificando-o como um espaço de interação, construção de identidade e negociação de normas sociais. Por meio de atividades coletivas, os detentos desenvolvem habilidades sociais, fortalecem vínculos e aprendem a lidar com regras e hierarquias, elementos essenciais para a convivência interna e para o processo de ressocialização.

Finalmente, a Criminologia analisa o esporte como estratégia de ressocialização e prevenção da reincidência. Os estudos indicam que a prática esportiva oferece alternativas construtivas durante o período de detenção, contribuindo para a reintegração social e para a redução de comportamentos antissociais.

Em síntese, apesar de cada disciplina ter focos distintos, pedagógico, psicológico, social ou legal, há uma convergência nos resultados, evidenciando que o esporte é uma ferramenta multidimensional. Os programas esportivos no contexto prisional promovem saúde, bem-estar, integração social e desenvolvimento de habilidades coletivas, reforçando sua relevância como instrumento de intervenção educativa e social no sistema penitenciário.

Quadro 5. Contribuições disciplinares nas pesquisas sobre práticas esportivas em prisões

Área do Conhecimento	Foco da Investigação	Principais Resultados/Contribuições
Educação física	Esporte como prática pedagógica	Promoção da saúde física e mental; desenvolvimento de hábitos saudáveis; incentivo à disciplina.
Psicologia	Impactos comportamentais e emocionais	Melhora da autoestima, controle emocional e redução de comportamentos agressivos; apoio à saúde mental
Sociologia	Relações sociais e interação	Compreensão das relações interpessoais no sistema prisional; construção de identidade; negociação de normas sociais; fortalecimento de vínculos coletivos
Criminologia	Ressocialização e prevenção	Contribuição para processos de ressocialização; redução da reincidência criminal; avaliação do esporte como estratégia de intervenção social

Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação aos esportes investigados, a literatura apresenta uma clara predominância de esportes coletivos, especialmente futebol e futsal. Essa predominância é compreendida à luz de diferentes aspectos estruturais, culturais e organizacionais que surgem no contexto prisional, sendo o primeiro deles a facilidade de implementação desses esportes. Em comparação com outros esportes que necessitam de equipamentos adequados e infraestrutura mais elaborada, o futebol e o futsal podem ser praticados em espaços que não precisam ser necessariamente grandes e organizados, necessitando, essencialmente, apenas de uma quadra ou pátio, algumas bolas e gols improvisados.

Além disso, o baixo custo de infraestrutura representa um fator determinante para a escolha dessas modalidades. Em muitos sistemas prisionais, especialmente em países com

limitações orçamentárias ou superlotação carcerária, os recursos destinados às atividades educativas e esportivas são reduzidos. Dessa forma, modalidades que exigem menos investimento financeiro acaba sendo priorizado pelas administrações penitenciárias.

Outro fator que contribui para a predominância do futebol e do futsal é a forte identificação cultural dos detentos com essas práticas, especialmente em países como o Brasil e outras nações com tradição futebolística. O futebol ocupa um lugar central na cultura popular e, muitas vezes, representa um elemento de identidade coletiva, pertencimento e reconhecimento social. Dentro do ambiente prisional, onde diversas formas de expressão individual são limitadas, o esporte pode funcionar como um importante meio de expressão cultural e social.

A possibilidade de participação coletiva e interação social também aparece como um aspecto fundamental destacado pelos estudos analisados. Os esportes coletivos incentivam a cooperação, a comunicação, a organização e o desenvolvimento de habilidades sociais entre os jogadores. Em nosso mundo, repleto de tensão e animosidade, um ambiente obcecado pela ascensão em hierarquias humanas, valorizar essas práticas contribuirá para a criação de espaços mais harmoniosos para a coexistência, promovendo o respeito às regras, a cooperação e a resolução não violentam de conflitos.

Nesse sentido, Parker, Meek e Lewis (2014) destacam que o futebol possui grande potencial de mobilização social no ambiente prisional. Segundo os autores, a prática esportiva pode funcionar como um mecanismo de reorganização das relações sociais entre os detentos, favorecendo a criação de vínculos, a cooperação e a formação de identidades mais positivas. O esporte, nesse contexto, deixa de ser apenas uma atividade recreativa e passa a desempenhar um papel simbólico importante na construção de novas formas de interação social.

Além disso, a participação em atividades esportivas pode contribuir para o desenvolvimento de competências socioemocionais relevantes para o processo de reintegração social. Entre essas competências destacam-se o autocontrole, a disciplina, a capacidade de lidar com frustrações e o respeito às normas coletivas. Essas habilidades são frequentemente apontadas na literatura como elementos fundamentais para a adaptação social após o cumprimento da pena.

Quadro 6 – Modalidades esportivas investigadas em contextos prisionais

Modalidade	Frequência na literatura	Principais características	Fatores que favorecem a prática no contexto prisional
Futebol	Alta	Esporte coletivo tradicional, envolvimento de equipes	Fácil implementação, requer apenas pátio ou quadra, bola e traves improvisadas; cultura esportiva forte no Brasil e em outros países
Futsal	Alta	Variante do futebol, jogado em espaço menor	Semelhante ao futebol: baixa necessidade de infraestrutura, adequada para espaços limitados; permite jogos rápidos e maior dinâmica
Outras modalidades coletivas (basquete, vôlei)	Média	Envolvem equipes, promovem interação social	Requerem quadras específicas e mais organização; praticadas com menor frequência
Modalidades individuais (corrida, ginástica, musculação)	Baixa	Foco no desenvolvimento físico individual	Necessitam de espaço ou equipamentos específicos; menos enfatizadas na literatura devido a limitações estruturais

Fonte: Elaborada pelo autor

Outro ponto frequentemente discutido nos estudos refere-se aos impactos do esporte na saúde física e mental dos indivíduos privados de liberdade. O ambiente prisional é frequentemente associado a elevados níveis de estresse, ansiedade e depressão, decorrentes das condições de confinamento, da ruptura de vínculos familiares e da incerteza em relação ao futuro. Nesse contexto, a prática esportiva pode funcionar como uma estratégia de enfrentamento, proporcionando momentos de lazer, alívio do estresse e melhoria do bem-estar psicológico.

Contudo, apesar das vantagens apontadas na literatura, estudos demonstram que existem desafios e limitações à implementação de programas esportivos no sistema prisional. Entre as principais barreiras estão a falta de infraestrutura adequada, a escassez de profissionais qualificados, as restrições de segurança e, em alguns casos, a baixa prioridade dada às atividades esportivas pelas políticas prisionais, fatores que podem dificultar o alcance e a permanência das iniciativas esportivas dentro das unidades prisionais.

Assim, uma das mensagens transmitidas pelos resultados analisados é a utilidade de aprofundar o investimento em programas esportivos no sistema prisional, visto que as experiências têm o potencial de contribuir, além da saúde e do bem-estar dos detentos, também para os processos de reintegração social. Ao favorecer a interação social, a construção

emocional, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção de uma identidade positiva, o esporte pode ser uma ferramenta relevante nesse sentido de humanização do sistema prisional, podendo inclusive reduzir a reincidência criminal.

4.2 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS ESTUDOS SELECIONADOS

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a definição do corpus final da revisão de literatura integrativa sistemática, procedeu-se à análise dos estudos selecionados com o objetivo de identificar padrões, convergências e divergências nos resultados apresentados pela literatura científica acerca da relação entre prática esportiva, agressividade e processos de ressocialização no sistema prisional.

Com base na leitura aprofundada dos estudos selecionados, os resultados foram organizados em quatro categorias temáticas principais, que permitiram sistematizar os diferentes enfoques da literatura acerca da prática esportiva no sistema prisional, seus impactos sobre a agressividade e suas contribuições para os processos de ressocialização. As categorias analíticas utilizadas na presente revisão sistemática estão sintetizadas no Quadro 7.

Quadro 7. Categorias analíticas da revisão de literatura integrativa

Categoria de Análise	Descrição
Prática esportiva no contexto prisional	Estudos que descrevem programas esportivos implementados em unidades prisionais, destacando modalidades praticadas, objetivos institucionais e condições de implementação.
Impactos da prática esportiva na agressividade	Pesquisas que analisam a relação entre participação em atividades esportivas e redução de comportamentos agressivos ou conflitos institucionais.
Contribuições psicossociais do esporte	Estudos que investigam efeitos do esporte sobre autoestima, regulação emocional, interação social e cooperação entre detentos.
Esporte e processo de ressocialização	Trabalhos que relacionam a prática esportiva com reintegração social, disciplina institucional e engajamento educacional

Fonte: Elaboração própria a partir da revisão de literatura integrativa

4.2.1 Práticas esportivas no contexto prisional

A primeira categoria reúne estudos que descrevem a implementação de programas esportivos no sistema penitenciário, destacando os tipos de atividades desenvolvidas, as

condições institucionais para sua realização e os objetivos pedagógicos e sociais atribuídos ao esporte no contexto carcerário.

A literatura evidencia que o futebol, o futsal, o basquetebol e atividades de condicionamento físico figuram entre as práticas mais frequentes nas unidades prisionais, principalmente devido à facilidade de implementação e à forte adesão dos detentos. Esses programas costumam ser apresentados como estratégias de ocupação do tempo, promoção da saúde e incentivo à convivência coletiva.

Estudos empíricos indicam que a participação em atividades esportivas contribui para reduzir o ócio institucional e promover ambientes mais organizados e disciplinados dentro das unidades prisionais.

4.2.2 Impactos da prática esportiva na agressividade de detentos

A segunda categoria concentra os estudos que analisam diretamente a relação entre a prática esportiva e os níveis de agressividade entre indivíduos privados de liberdade.

Os resultados da literatura indicam uma tendência consistente de redução de comportamentos agressivos entre detentos participantes de atividades esportivas regulares. Pesquisas empíricas apontam diminuição de episódios de violência institucional, redução de infrações disciplinares e melhoria no autocontrole emocional entre os participantes.

Nesse sentido, Moraes (2015) identificou, em estudo realizado com detentos da Penitenciária Industrial Regional de Sobral, que os indivíduos que participavam de atividades esportivas apresentavam níveis significativamente menores de agressividade quando comparados aos que não participavam dessas práticas. Os resultados evidenciaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões de agressão física, agressão verbal, raiva e hostilidade.

Essas evidências sugerem que o esporte pode funcionar como um mecanismo de canalização da agressividade, permitindo que emoções intensas sejam expressas de maneira socialmente regulada.

4.2.3 Contribuições psicossociais do esporte no ambiente prisional

A terceira categoria inclui estudos que investigam os efeitos psicossociais das práticas esportivas em indivíduos privados de liberdade.

Os resultados mostram que o esporte contribui para a aquisição de componentes de importantes habilidades socioemocionais (por exemplo, cooperar, respeitar regras, ser disciplinado e trabalhar em equipe), além de promover maior autoestima, sensação de bem-estar e regulação emocional.

Outro elemento frequentemente mencionado na literatura é a contribuição do esporte para a construção de “laços sociais entre os detentos, favorecendo formas de interação menos conflituosas e contribuindo para a pacificação do ambiente prisional”.

4.2.4 Esporte e processos de ressocialização

A quarta categoria contempla estudos que relacionam as práticas esportivas com os processos de ressocialização no sistema prisional. De maneira geral, os resultados indicam que programas esportivos podem atuar como instrumentos de intervenção socioeducativa, favorecendo o desenvolvimento de valores sociais e ampliando as perspectivas de reintegração dos indivíduos privados de liberdade.

Diversos estudos apontam que detentos envolvidos em programas esportivos demonstram maior engajamento em atividades educacionais e apresentam melhor adaptação às regras institucionais. Pesquisas realizadas por Meek (2014) destacam que as atividades esportivas no ambiente prisional podem contribuir para o desenvolvimento de disciplina, cooperação e respeito às normas, aspectos fundamentais para a reinserção social. Da mesma forma, Müller, Meek, Blessing e Mutz (2023) observaram que programas esportivos desenvolvidos em instituições penitenciárias proporcionam experiências educativas importantes, como o aprendizado da cooperação, do esforço coletivo e do cumprimento de regras durante atividades esportivas.

Também foi demonstrado que a participação em atividades esportivas no sistema prisional pode gerar habilidades sociais, autoconfiança e amizade entre os detentos – todos fatores pertinentes ao processo de ressocialização. Herold, Wicker, Czynick-Leber, Gröben e Dransmann (2023) mostraram que programas esportivos em prisões podem melhorar o bem-estar subjetivo, a confiança interpessoal e a interação social dos participantes, aspectos fortemente implicados nos processos de reabilitação e reintegração social.

Nesse sentido, a literatura científica aponta que a prática esportiva no contexto prisional pode favorecer a construção de valores sociais, o fortalecimento das relações interpessoais e a internalização de normas de convivência coletiva, contribuindo para o desenvolvimento de

comportamentos socialmente aceitáveis e para o processo de reinserção social após o cumprimento da pena.

4.3 SÍNTESE CRÍTICA DOS RESULTADOS

A análise dos estudos selecionados na presente revisão integrativa permitiu identificar diferentes contribuições das práticas esportivas no contexto prisional, organizadas em quatro categorias temáticas: práticas esportivas no sistema penitenciário, impactos na agressividade de detentos, contribuições psicossociais e relações com os processos de ressocialização. De modo geral, os resultados evidenciam que o esporte vem sendo utilizado nas instituições prisionais como uma estratégia de intervenção que articula dimensões educativas, comportamentais e sociais.

No que se refere à implementação das práticas esportivas no sistema prisional, observa-se que atividades como futebol, futsal, basquetebol e exercícios de condicionamento físico são as mais frequentemente desenvolvidas nas unidades penitenciárias. Esses programas costumam ser adotados pelas instituições como formas de organização do tempo ocioso e de promoção da convivência coletiva entre os detentos. No entanto, a literatura também aponta que, em muitos contextos, tais iniciativas ainda ocorrem de maneira pontual e dependem das condições estruturais das unidades prisionais, o que evidencia limitações institucionais para a consolidação de programas esportivos mais sistemáticos e permanentes.

Analisando os efeitos da prática esportiva sobre a agressividade dos presos, os estudos examinados demonstram que a agressividade dos participantes em atividades esportivas é menor do que a dos não participantes. Essas pesquisas empíricas mostram uma concentração de incidentes de violência de caráter institucional, diminuição de condutas violentas e de outros tipos, e redução de lapsos de autocontrole emocional por parte do participante. Parece que o esporte é um meio eficaz de controle emocional e alívio da tensão, na medida em que o impulso agressivo é descarregado ao ser canalizado em brincadeiras socialmente regulamentadas. Ainda assim, alguns autores ressaltam que os efeitos positivos do esporte dependem da forma como as atividades são organizadas e acompanhadas, sendo mais significativos quando os programas apresentam caráter educativo e orientação pedagógica.

No âmbito das contribuições psicossociais, a literatura evidencia que a participação em práticas esportivas pode favorecer o desenvolvimento de competências socioemocionais relevantes para a convivência social. Entre os principais aspectos destacados pelos estudos encontram-se o fortalecimento da cooperação, o respeito às regras, o desenvolvimento da

disciplina e o estímulo ao trabalho em equipe. Além disso, a prática esportiva tem sido associada à melhoria da autoestima, da percepção de bem-estar e da capacidade de regulação emocional dos detentos. Tais fatores contribuem para a construção de interações sociais menos conflituosas no ambiente prisional, reduzindo tensões e favorecendo relações interpessoais mais equilibradas entre os indivíduos privados de liberdade.

Os estudos analisados indicam que o esporte pode contribuir para a ressocialização ao funcionar como um instrumento socioeducativo no ambiente prisional, promovendo disciplina, responsabilidade, cooperação e respeito às regras, fatores importantes para a reintegração social. pesquisas indicam que a prática de atividades esportivas no sistema prisional pode aumentar o envolvimento dos detentos em outras ações institucionais, como educação e formação, além de melhorar relações sociais e o bem-estar psicológico. Estudos também mostram que o esporte contribui para a reintegração social e o desenvolvimento de comportamentos mais positivos no ambiente prisional (Meek, 2014; Coalter, 2013; Sherry; Nicholson, 2018).

Apesar dos resultados positivos apontados na literatura, uma leitura crítica dos estudos indica algumas limitações: estudos com amostras pequenas ou que restringem as conclusões a contextos de ação específicos (como instituições) dificultam a generalização dos resultados, além de haver certa heterogeneidade metodológica, dada a variedade de instrumentos de avaliação e abordagens teóricas envolvidas. Ademais, um problema relevante reside na necessidade de um acompanhamento longitudinal mais aprofundado dos programas esportivos para avaliar seu impacto nos processos de ressocialização e na reincidência criminal.

Dessa forma, a síntese crítica dos resultados evidencia que, embora a literatura científica aponte diversas contribuições das práticas esportivas para a redução da agressividade, para o desenvolvimento psicossocial e para os processos de ressocialização de detentos, ainda são necessários estudos mais robustos e metodologicamente padronizados. Investigações futuras poderão aprofundar a compreensão sobre os mecanismos pelos quais o esporte influencia o comportamento e as relações sociais no ambiente prisional, contribuindo para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à reintegração social de indivíduos privados de liberdade.

5 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA BASEADA NA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES

Com base nos resultados identificados na revisão integrativa da literatura, foi possível compreender que a prática de atividades esportivas pode desempenhar um papel relevante na redução de comportamentos agressivos e na promoção de processos de ressocialização no contexto prisional. Estudos de Julião (2016) e Souza; Marchi Júnior, (2017) indicam que a participação em atividades físicas e esportivas no ambiente carcerário pode favorecer o desenvolvimento de habilidades sociais, a regulação emocional e a melhoria das relações interpessoais entre os detentos.

Além disso, pesquisas internacionais também apontam que programas esportivos estruturados podem contribuir para o fortalecimento da disciplina, cooperação e respeito às normas coletivas, especialmente quando acompanhados por profissionais qualificados e integrados a estratégias educativas (Coalter, 2013; Darnell, 2019).

Nesse sentido, a partir das evidências encontradas na literatura científica, elaborou-se uma proposta de intervenção em política pública voltada à implementação de atividades esportivas no ambiente prisional. A proposta busca integrar diferentes dimensões do processo de ressocialização, contemplando objetivos, modalidades esportivas, estrutura organizacional, profissionais envolvidos, estratégias pedagógicas, indicadores de avaliação e impactos esperados. Dessa forma, o quadro a seguir apresenta de maneira sistematizada os principais elementos que compõem a proposta de intervenção baseada nos achados da revisão integrativa realizada neste estudo, sintetizados no Quadro 8.

Quadro 8 – Proposta de intervenção esportiva para o sistema prisional

Elemento da intervenção	Descrição
Objetivo do programa	Reduzir níveis de agressividade entre detentos e fortalecer processos de ressocialização por meio da prática esportiva estruturada.
Modalidades Prioritárias	Futebol e futsal como modalidades centrais, complementadas por voleibol, basquetebol e atividades de condicionamento físico.
Estrutura do programa	Realização de treinos regulares, campeonatos internos e atividades esportivas supervisionadas
Profissionais envolvidos	Profissionais de Educação Física, Psicólogos, Assistentes Sociais e equipe técnica da unidade prisional.

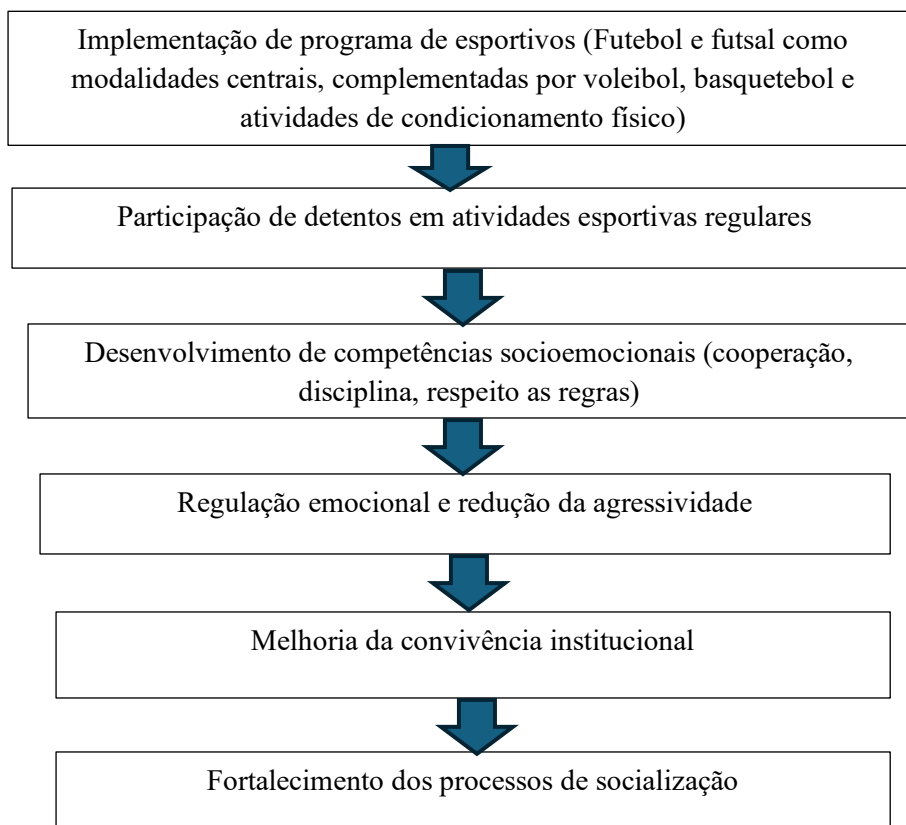
Estratégias pedagógicas	Desenvolvimento de cooperação, disciplina, respeito às regras e trabalho em equipe.
Indicadores de avaliação	Redução de conflitos institucionais, diminuição de infrações disciplinares, melhoria das relações interpessoais e participação em atividades educacionais.

Fonte: Elaboração própria com base na revisão de literatura integrativa

A partir da análise da literatura especializada sobre esporte e reinserção social de pessoas privadas de liberdade, elaboramos o Modelo de Política Pública Esportiva para o Sistema Penitenciário. O modelo organiza a sistematização do programa esportivo, priorizando modalidades coletivas, como o futebol e futsal como atividades centrais, complementadas por voleibol, basquetebol e atividades de condicionamento físico, que favorecem a participação dos internos em atividades organizadas.

O objetivo destaca o desenvolvimento de competências socioemocionais, como cooperação, disciplina e respeito às normas, além de contribuir para a regulação emocional, a diminuição da agressividade e a melhoria da convivência no ambiente institucional.

Figura 2 – Modelo de política pública esportiva para o sistema prisional



Fonte: Elaboração própria com base em Moraes (2015), Gallant; Sherry; Nicholson (2015), Meek (2014) e Parker; Meek; Lewis (2014).

A estrutura de inferência na Figura 2 evidencia a prática esportiva como um objeto mediador de elementos institucionais/sociais/afetivos no contexto prisional.

Se nos são dados corpos para construir e perder, nos são dados regras e objetivos para elaborar e pelos quais lutar, lugares e relações para projetar, e regras para a cooperação social, delineando claramente as responsabilidades da civilização e da barbárie na prática esportiva compartilhada.

Assim, o estabelecimento de programas esportivos dentro do sistema prisional pode ser visto como uma abordagem significativa para aprimorar políticas públicas voltadas para a ressocialização de indivíduos encarcerados.

5.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA INTERVENÇÃO ESPORTIVA NO CONTEXTO PRISIONAL

A discussão sobre políticas públicas de ressocialização no sistema prisional tem ganhado destaque nas últimas décadas, sobretudo diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelas instituições penitenciárias. No Brasil, a superlotação, a precariedade das condições carcerárias e a escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social têm sido apontadas como fatores que dificultam a efetividade do processo de ressocialização.

Nesse sentido, estudos indicam que o sistema penitenciário brasileiro ainda enfrenta grandes desafios para cumprir sua função social de reintegração dos indivíduos à sociedade (Salla; Dias, 2019). Nesse cenário, a implementação de programas educacionais, culturais e esportivos tem sido considerada uma alternativa relevante para promover melhorias na convivência institucional e contribuir para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos privados de liberdade (Julião, 2016).

A proposta de intervenção analisada apresenta como objetivo central a redução dos níveis de agressividade entre detentos e o fortalecimento dos processos de ressocialização por meio da prática esportiva estruturada. Esse objetivo está alinhado com pesquisas recentes que apontam o esporte como um importante instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano, especialmente quando aplicado em contextos de vulnerabilidade social. Programas esportivos estruturados podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais, disciplina, cooperação e respeito às normas coletivas, aspectos essenciais para a convivência social e para a reintegração dos indivíduos à sociedade (Coalter, 2013; Darnell, 2019).

No contexto do sistema prisional brasileiro, a literatura aponta que as atividades esportivas desempenham um papel relevante na organização do cotidiano dos detentos. Muitas

instituições penitenciárias enfrentam altos índices de ociosidade entre os internos, uma vez que nem todos têm acesso a atividades de trabalho ou educação formal. Nesse sentido, o esporte surge como uma alternativa capaz de ocupar o tempo livre de forma produtiva e promover benefícios físicos e psicológicos aos participantes. Estudos apontam que a prática regular de atividades físicas pode contribuir para a redução do estresse, da ansiedade e da agressividade, fatores frequentemente presentes em ambientes de confinamento prolongado (Souza; Marchi Júnior, 2017).

Pesquisas realizadas no Brasil também indicam que o esporte pode atuar como uma importante ferramenta de socialização no ambiente prisional. Estudos destacam que atividades esportivas podem contribuir para a formação cidadã e para o desenvolvimento de valores sociais, como respeito, cooperação e responsabilidade coletiva. Além disso, a participação em práticas esportivas favorece a construção de vínculos sociais entre os participantes, contribuindo para a melhoria das relações interpessoais dentro das unidades prisionais (Julião, 2016; Silva; Ferreira, 2020).

No que se refere às modalidades esportivas priorizadas no programa analisado, observa-se que a escolha do futebol e do futsal como atividades centrais apresenta grande adequação ao contexto sociocultural brasileiro. O futebol é uma das modalidades mais populares do país, o que facilita a adesão dos participantes e aumenta o engajamento nas atividades. Além disso, esportes coletivos exigem interação constante entre os jogadores, favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como comunicação, cooperação e tomada de decisões coletivas (Giulianotti, 2015). Essas competências são fundamentais para a construção de relações sociais mais equilibradas dentro do ambiente prisional.

A inclusão de outros esportes, como vôlei e basquete, bem como de uma atividade, o condicionamento físico, que não se enquadra na definição de esporte, apenas amplia o escopo para incentivar a participação ativa dos detentos no programa. Nem todos os detentos têm interesse e/ou capacidade suficiente para praticar o mesmo esporte, portanto, há necessidade de esportes alternativos que atendam a diferentes perfis e níveis de condicionamento físico. É verdade também que as atividades de condicionamento físico podem melhorar a saúde dos participantes em comparação com a situação em que os detentos não têm essa opção, diminuindo os problemas relacionados ao sedentarismo e incentivando um estilo de vida saudável (Weinberg; Gould, 2017).

Outro elemento relevante da intervenção analisada é a estrutura organizacional do programa, que prevê a realização de treinos regulares, campeonatos internos e atividades esportivas supervisionadas. A existência de uma programação estruturada é fundamental para

garantir a continuidade das ações e evitar que o esporte seja desenvolvido apenas de forma ocasional ou recreativa. Programas esportivos planejados e sistematizados tendem a apresentar resultados mais consistentes, pois permitem acompanhar o desenvolvimento dos participantes e avaliar os impactos das atividades ao longo do tempo (Coalter, 2013).

Os campeonatos internos, por exemplo, podem ser uma importante fonte de motivação. A competição esportiva, mediada pedagogicamente, pode impulsionar o comprometimento com as atividades, aprofundar o senso de pertencimento e ampliar as experiências de reconhecimento social. A competição esportiva pode ajudar a desenvolver importantes ganhos socioemocionais: autocontrole, disciplina e capacidade de lidar com a frustração (Darnell 2019).

A atuação de uma equipe multidisciplinar no programa também constitui um fator fundamental para sua efetividade. A presença de educadores físicos, psicólogos, assistentes sociais e profissionais da equipe técnica da unidade prisional permite que as atividades esportivas sejam integradas a outras estratégias de intervenção social. Essa abordagem interdisciplinar possibilita compreender os participantes em sua totalidade, considerando aspectos físicos, psicológicos e sociais (Ekholm, 2018).

Os profissionais de Educação Física desempenham um papel central na organização e condução das atividades esportivas, garantindo que estas sejam realizadas de forma segura e pedagogicamente orientada. Já os psicólogos podem contribuir para o acompanhamento emocional dos participantes, auxiliando no desenvolvimento do autocontrole e na gestão de conflitos. Os assistentes sociais, por sua vez, podem atuar na articulação entre as atividades desenvolvidas dentro da instituição e os processos de reintegração social após o cumprimento da pena (Julião, 2016).

Outro aspecto importante da proposta analisada refere-se às estratégias pedagógicas adotadas no programa, como o estímulo à cooperação, disciplina, respeito às regras e trabalho em equipe. Esses princípios estão diretamente relacionados ao conceito de esporte educacional, no qual a prática esportiva é utilizada como instrumento de formação social. A vivência dessas experiências pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais importantes, como empatia, responsabilidade e capacidade de resolver conflitos de forma pacífica (Giulianotti, 2015).

No ambiente prisional, essas aprendizagens podem assumir um papel ainda mais significativo. Muitos indivíduos privados de liberdade vivenciaram trajetórias marcadas por exclusão social, desigualdade e acesso limitado a oportunidades educacionais. Nesse contexto, o esporte pode funcionar como um espaço de aprendizagem e reconstrução de vínculos sociais,

possibilitando experiências positivas de convivência e cooperação (Souza; Marchi Júnior, 2017).

Os indicadores de avaliação propostos no programa também demonstram preocupação com o acompanhamento dos resultados da intervenção. A redução de conflitos em contextos institucionais, a redução de infrações disciplinares, a melhoria das relações interpessoais e o aumento da participação em atividades acadêmicas também podem ser considerados indicadores relevantes para fins de investigação dos impactos do programa (Silva; Ferreira, 2020).

No entanto, para fortalecer a avaliação do programa, seria útil explorar métodos de monitoramento mais sistemáticos. A coleta de dados como a frequência de participação em atividades esportivas, o número de infrações disciplinares antes e depois da implementação do programa e o nível de engajamento dos participantes poderia fornecer evidências mais consistentes sobre o impacto da intervenção. Métodos qualitativos, como entrevistas ou questionários aplicados aos participantes, poderiam esclarecer ainda mais as percepções dos detentos sobre o efeito das atividades esportivas em suas vidas (Coalter, 2013).

Outro ponto relevante a ser considerado na análise diz respeito ao contexto geral do sistema prisional brasileiro. Diversos estudos apontam que as condições estruturais das prisões, como superlotação, violência institucional e falta de políticas públicas adequadas, representam obstáculos significativos para a efetivação da ressocialização. Em muitos casos, as prisões acabam funcionando mais como espaços de reprodução da violência e de fortalecimento de organizações criminosas do que como ambientes de reintegração social (Salla; Dias, 2019).

Diante desse cenário, iniciativas voltadas à educação, cultura e esporte tornam-se ainda mais relevantes, pois podem contribuir para a humanização do ambiente prisional e para a construção de alternativas positivas de desenvolvimento pessoal. Os programas esportivos, quando implementados de forma estruturada e com indivíduos qualificados para liderá-los, podem resultar em mudanças consideráveis na dinâmica organizacional dessas instituições, diminuindo a tensão e o conflito dentro delas (Darnell, 2019).

Regula o comportamento de indivíduos que participam em desportos perigosos: uma função importante da lei (Código Penal) é prever a punição daqueles que põem em risco o bem-estar da comunidade. Essas competências são fundamentais para a convivência em diferentes contextos sociais, incluindo o ambiente de trabalho e as relações comunitárias (Weinberg; Gould, 2017).

Portanto, a análise do quadro apresentado evidência que a intervenção proposta possui fundamentos pedagógicos e sociais consistentes, alinhados com as discussões contemporâneas

sobre ressocialização no sistema prisional. A utilização do esporte como ferramenta de intervenção pode contribuir para a melhoria da convivência institucional, para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para o fortalecimento dos processos de reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

No entanto, para que programas dessa natureza produzam resultados eficazes, eles precisam ser implementados de forma planejada e articulada com políticas públicas mais amplas sobre educação, trabalho e inclusão social em presídios. A interconexão entre as esferas de atuação e o monitoramento constante dos resultados podem potencializar os efeitos positivos das atividades esportivas e contribuir para a construção de um sistema prisional mais humano e focado na reinserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas relacionadas à prática de esportes no contexto prisional, especialmente no que se refere à sua influência sobre a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e às suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação partiu do pressuposto de que o esporte, quando estruturado como política institucional e acompanhado por profissionais qualificados, pode desempenhar um papel relevante na reorganização das relações sociais no interior das instituições penitenciárias e no desenvolvimento de competências socioemocionais fundamentais para a reintegração social.

A escolha da revisão integrativa como estratégia metodológica permitiu reunir e sistematizar resultados provenientes de diferentes estudos científicos nacionais e internacionais, possibilitando uma compreensão mais abrangente do fenômeno investigado. Por meio da análise sistemática da literatura publicada entre 2010 e 2025 em bases de dados científicas reconhecidas, foi possível identificar tendências na produção acadêmica, convergências entre os resultados apresentados e lacunas ainda existentes na investigação sobre o papel das práticas esportivas no sistema prisional.

Os resultados da revisão evidenciam que a prática de atividades físicas e esportivas no ambiente penitenciário apresenta potencial significativo para contribuir para a redução de comportamentos agressivos entre indivíduos privados de liberdade. Estudos analisados indicam que detentos participantes de programas esportivos estruturados tendem a apresentar menores índices de agressividade, maior capacidade de autocontrole emocional e melhor adaptação às normas institucionais quando comparados àqueles que não participam dessas atividades. Esses resultados sugerem que o esporte pode funcionar como um mecanismo de regulação emocional e de canalização da agressividade, permitindo que tensões acumuladas no cotidiano carcerário sejam expressas em um ambiente regulado por normas, limites e objetivos coletivos.

Além dos efeitos relacionados ao comportamento agressivo, a literatura científica também evidencia benefícios importantes da prática esportiva para a saúde física e mental da população encarcerada. O ambiente prisional é frequentemente caracterizado por elevados níveis de estresse, ansiedade e sofrimento psíquico, decorrentes das condições de confinamento, da ruptura de vínculos sociais e da incerteza em relação ao futuro. Nesse contexto, a prática regular de atividades físicas pode contribuir para a redução de sintomas associados ao sofrimento psicológico, promovendo melhorias na autoestima, no bem-estar subjetivo e na percepção de qualidade de vida dos participantes.

Outro aspecto relevante identificado nos estudos analisados refere-se às contribuições psicossociais das práticas esportivas no contexto prisional. A participação em atividades esportivas favorece o desenvolvimento de competências socioemocionais importantes para a convivência social, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe. Essas habilidades desempenham um papel fundamental tanto na organização da convivência institucional quanto na preparação dos indivíduos para o retorno à vida em sociedade após o cumprimento da pena.

Esta análise também indica que o desenvolvimento de esportes coletivos, especialmente futebol e futsal, são os esportes mais prevalentes em programas prisionais. Essa popularidade se deve a uma série de razões estruturais e culturais: o simples fato de serem fáceis de praticar, o baixo custo envolvido no desenvolvimento da infraestrutura e a forte identificação que as equipes esportivas oferecem aos participantes, com a qual podem se associar. Os esportes coletivos permitem que os participantes se conheçam e socializem, um dos elementos fundamentais para criar uma vida institucional menos conflituosa.

Outro ponto relevante identificado na literatura refere-se ao potencial pedagógico do esporte no ambiente prisional. Quando orientadas por princípios educativos e acompanhadas por profissionais qualificados, as atividades esportivas podem contribuir para o desenvolvimento de valores sociais e para a construção de identidades mais positivas entre os indivíduos privados de liberdade. Nesse contexto, o esporte deixa de assumir apenas uma função recreativa e passa a desempenhar um papel formativo, contribuindo para o fortalecimento dos processos de ressocialização.

A partir das evidências identificadas na literatura científica, o presente estudo também apresentou uma proposta de intervenção em política pública voltada à implementação de programas esportivos estruturados no sistema penitenciário. A proposta contempla diferentes dimensões do processo de ressocialização, incluindo objetivos pedagógicos, modalidades esportivas prioritárias, organização institucional do programa, atuação de equipe multidisciplinar, estratégias pedagógicas e indicadores de avaliação dos resultados.

A implementação de programas esportivos estruturados no sistema prisional pode contribuir para a melhoria do clima institucional, para a redução de conflitos interpessoais e para o fortalecimento das relações sociais entre os detentos. Além disso, quando complementadas por outras políticas públicas nas áreas da educação, do trabalho e da inclusão social, podem melhorar significativamente os percursos de desenvolvimento pessoal e social de pessoas privadas de liberdade.

Apesar dessas contribuições, a revisão da literatura também apontou limitações das pesquisas existentes, visto que muitos estudos apresentam amostras pequenas, métodos diversos e ausência de um longo período de acompanhamento dos participantes, o que impossibilita a generalização dos resultados e a avaliação mais precisa do impacto a longo prazo das práticas esportivas. Além disso, ainda são escassas as investigações que analisam de forma sistemática a relação entre participação em programas esportivos no sistema prisional e a redução da reincidência criminal após a liberação dos detentos.

Diante desse cenário, é importante que estudos futuros investiguem o impacto das práticas esportivas em prisões, utilizando métodos mais robustos e perspectivas interdisciplinares que permitam uma visão mais ampla dos efeitos dessas atividades. Estudos que combinem métodos quantitativos e qualitativos, ou o acompanhamento longitudinal dos participantes, poderiam nos ajudar a compreender com maior profundidade os mecanismos pelos quais o esporte modula o comportamento, os laços sociais e o processo de reinserção social de indivíduos privados de liberdade.

No campo das políticas públicas, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de ampliar os investimentos em programas esportivos no sistema penitenciário, reconhecendo o esporte como uma ferramenta relevante de intervenção social, educativa e de promoção da saúde. A implementação de programas esportivos estruturados, integrados a outras estratégias de educação, trabalho e inclusão social, pode contribuir para a humanização do ambiente prisional e para o fortalecimento de políticas voltadas à reintegração social da população encarcerada.

Pesquisas demonstram que o esporte tem um enorme poder de gerar mudanças sociais em presídios. Por meio de experiências de cooperação, disciplina, respeito às regras e convivência, as práticas esportivas podem reduzir a agressividade, fortalecer laços de amizade e permitir o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que nos tornam aptos a viver em sociedade.

Assim, impulsionar iniciativas de fortalecimento do esporte em todo o sistema prisional seria um passo na direção certa para a criação de políticas públicas mais humanas e eficientes, voltadas não apenas para o controle institucional, mas sim para o desenvolvimento humano efetivo e a reintegração social.

8. REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Prisão, crime e desigualdade social**. São Paulo: Edusp, 2017.

ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 65–78, 1991.

ANDERSON, E. **Sport and social interaction in European prisons**. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 51, n. 4, p. 467–482, 2016.

ANDREWS, Gavin; ANDREWS, Justin. Sport and social behavior in correctional institutions: impacts on inmate interaction. **International Journal of Prison Studies**, v. 12, n. 2. 2023.

BAILEY, Richard; HILLMAN, Charles; ARENT, Shawn; PETITPAS, Albert. Sport participation and social outcomes: a systematic review. **Journal of Sport & Health**, v. 12, n. 3, p. 210-225, 2018.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

BATTAGLIA, Claudia; DI CAGNO, Alessandra; FIORILLI, Giovanni; GIOMBINI, Arrigo; FAGNANI, Federica; BORRIONE, Paolo; MARCHETTI, Marco; PIGOZZI, Fabio. Benefits of selected physical exercise programs in detention: a randomized controlled study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 10, n. 11, p. 5683–5696, 2023.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.

BOTTOMS, Anthony. Interpersonal violence and social order in prisons. **Crime and Justice**, v. 26, p. 205–281, 1999.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília: Presidência da República, 1984.

BROWN, D.; DAY, A. The role of physical exercise in improving prisoner mental health. **Journal of Correctional Health Care**, v. 14, n. 2, p. 107–115, 2018.

BUCKALOO, B.; KRUG, K.; NELSON, K. **Exercise and the low-security inmate: changes in depression, stress and anxiety**. *The Prison Journal*, v. 89, n. 3, p. 328–343, 2019.

BURNETT, Cora. Assessing the sociology of sport: on sport for development and peace. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 50, n. 4–5, p. 385–390, 2015.

CAMIRÉ, Martin; TRUDEL, Pierre. High school athletes perspectives on character development through sport participation. **Physical Education and Sport Pedagogy**, v. 15, n. 2, p. 193–207, 2010.

CARVALHO, Maria Lúcia; SILVA, João Pedro. **Educação, trabalho e reintegração social no sistema prisional**. São Paulo: Editora Atlas, 2022.

CASHIN, Andrew; POTTER, Catherine; BUTLER, Linda. The Relationship between Exercise and Hopelessness in Prison. **Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing**, 15, 66-71. 2018.

COAKLEY, Jay. Youth sports: what counts as “positive development?”. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 35, n. 3, p. 306–324, 2011.

COAKLEY, Jay. **Sports in Society: Issues and Controversies**. 12. ed. New York: McGraw-Hill, 2017.

COALTER, Fred. **Sport for Development: What Game Are We Playing?** London: Routledge, 2013.

COALTER, Fred. **Sport for Development and Peace: A Critical Sociology**. London: Routledge, 2019.

COELHO, Felipe; RIBEIRO, Sandra. Atividade física e saúde no sistema prisional. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 3, p. 234–242, 2017.

DARNELL, Simon C. **Sport for Development and Peace: A Critical Sociology**. London: Bloomsbury, 2019.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DIAS, Camila Nunes. *PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência*. São Paulo: Saraiva, 2020.

DIAS, Camila Nunes; OLIVEIRA, Camila Caldeira Nunes. Sistema prisional brasileiro e desafios da ressocialização. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 29, n. 167, p. 249–270, 2021.

DRANSMANN, Milan; LESCH, Lara; GRÖBEN, Bernd; WICKER, Pamela. Recreational sports in prison: inmates’ perspectives on coaching effectiveness. **Frontiers in Sports and Active Living**, v. 6. 2024.

DUGUID, Stephen; HAWKEY, Craig. Sport in prison: exploring the effects of structured programs on inmate rehabilitation. **International Review for the Sociology of Sport**, v. 55, n. 6, p. 785–802, 2020.

EIME, Rochelle et al. A systematic review of the psychological and social benefits of participation in sport. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 10, n. 1, 2013.

EKHOLM, David. Sport as a means of governing social integration. **Sport in Society**, v. 21, n. 9, p. 1523–1539, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRASER-THOMAS, Jessica L.; CÔTÉ, Jean; DEAKIN, Janice. Youth sport programs: an avenue to foster positive youth development. **Physical Education & Sport Pedagogy**, v. 10, n. 1. 2018.

GALLANT, David; SHERRY, Emma; NICHOLSON, Matthew. Recreation or rehabilitation? Managing sport for development programs with prison populations. **Sport Management Review**, v. 18, n. 1, p. 45–56, 2015.

GIULIANOTTI, Richard. **Sport: A Critical Sociology**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

HARTMANN, Douglas; KWAK, Christina. Sport and development. **Journal of Sport and Social Issues**, v. 35, n. 3, p. 284–305, 2011.

HEROLD, David; WICKER, Pamela; CZYRNICK-LEBER, Ulrike; GRÖBEN, Bernd; DRANSMANN, Martin. Sport participation and well-being in prison: examining social and psychological outcomes. **International Journal of Sport Policy and Politics**, 2023.

HOLT, Nicholas; NEELY, Kacey; CAMIRÉ, Martin. **Positive youth development through sport**. London: Routledge, 2020.

IRWIN, John; CRESSEY, Donald. Thieves, convicts and the inmate culture. **Social Problems**, v. 10, n. 2, p. 142–155, 1962.

JEWES, Yvonne; MORAN, David; TURNER, John. **The prison environment and physical activity: implications for inmate well-being**. London: Routledge, 2016.

JONES, Robyn; EDWARDS, Andy; VIOTTO FILHO, Irineu. **Educação física e projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2017.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação e trabalho no sistema prisional**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

KIDD, Bruce. Sport for development and peace: current issues and future directions. **International Journal of Sport Policy**, 2018.

LEVERMORE, Roger. Sport for development and peace. In: COLLISON, Holly; DARNELL, Simon; GIULIANOTTI, Richard; HOWE, P. David (org.). **Routledge handbook of sport for development and peace**. London: Routledge, 2018.

LIEBLING, Alison. **Prisons and their moral performance**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MARINHO, Alcyane; GONÇALVES, Michelle. Esporte e sistema prisional. **Revista Movimento**, v. 18, n. 2, p. 123–140, 2012.

MARQUES, Renato; GINCIENE, Guy. **Esporte e inclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2021.

MARTÍNEZ-MERINO, José Luis et al. Physical activity interventions in prison settings: a systematic review. **Journal of Correctional Health Care**, v. 24, n. 3, p. 234–246, 2018.

MARTOS-GARCÍA, David; DEVÍS-DEVÍS, José; SPARKES, Andrew C. Sport and physical activity in a high-security Spanish prison: an ethnographic study of multiple meanings. **Sport, Education and Society**, v. 14, n. 1, p. 77-96, 2019.

MEEK, Rosie. **Sport in Prison: Exploring the Role of Physical Activity in Correctional Settings**. London: Routledge, 2014.

MEEK, Rosie; PARKER, Andrew; LEWIS, Gwyneth. Sport in a youth prison: male young offenders' experiences of a sporting intervention. **Journal of Youth Studies**, v. 17, n. 3, p. 381–396, 2014.

MELO, Victor Andrade de; COSTA, Lamartine Pereira da. **Esporte e sociedade: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Shape, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRABETE, Julio Fabbrini; FABRINI, Renato N. **Execução Penal**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MOHER, David; LIBERATI, Alessandro; TETZLAFF, Jennifer; ALTMAN, Douglas G.; PRISMA GROUP. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **PLOS Medicine**, v. 6, n. 7, 2009.

MORAES, Adilio Moreira de. **A prática do futebol como instrumento de redução da agressividade em detentos da Penitenciária Industrial Regional de Sobral**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2015.

MÜLLER, Johannes; MEEK, Rosie; BLESSING, Patrick; MUTZ, Michael. Sport in prison and its impact on rehabilitation and social behavior. **Sport Management Review**, 2023.

NEELY, Kristina C.; CAMIRÉ, Martin. **Positive youth development through sport: theory, practice and research**. London: Routledge, 2020.

NICHOLSON, Matthew; HOYE, Russell; SHERRY, Emma. **Sport and Social Capital**. London: Routledge, 2018.

NORMAN, Mark; SONODA, Jesse; RICCIARDELLI, Rosemary. **Sport participation and identity construction among young prisoners**. *Sport in Society*, v. 20, n. 2, p. 232–245, 2017.

PÉREZ-RAMOS, Antonio; MARTÍNEZ-GONZÁLEZ, José. **Agressividade de detentos, prática de esportes e ressocialização no sistema prisional**. *Revista de Estudos Penitenciários*, v. 2, n. 1. 2021.

PUTNAM, Robert. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, 2000.

SALLA, Fernando. **As prisões em São Paulo: 1822–1940**. São Paulo: Annablume, 1999.

SALLA, Fernando. **Sistema prisional brasileiro: desafios contemporâneos**. São Paulo: UNESP, 2017.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Controle disciplinar e relações de poder nas prisões brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 245–272, 2019.

SANCHEZ-LASTRA, Miguel.; DE DIOS ÁLVAREZ, Vicente; AYÁN PÉREZ, Carlos. **Effectiveness of Prison-Based Exercise Training Programs: A Systematic Review**. *Journal of Physical Activity and Health*, v. 16, n. 12, p. 1196–1209, 2021.

SANTOS, João; FERREIRA, Maria. Esporte favorece a reintegração social: estudo quantitativo com detentos. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 16, n. 2, p. 34-42, 2020.

SCHULENKORF, Nico. Managing sport-for-development. **Sport Management Review**, v. 20, n. 3, p. 243–251, 2012.

SCHULENKORF, Nico; SIEFKEN, Kirsten. Managing sport-for-development programs. **Sport Management Review**, 2019.

SHERRY, Emma; NICHOLSON, Matthew. Sport, rehabilitation and social inclusion in prisons. **Sport Management Review**, 2018.

SILVA, João Batista da; FERREIRA, Maria Aparecida. Esporte e ressocialização no sistema prisional brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, e2020, 2020.

SMITH, David; WADDINGTON, David. Using sport to control violence? The role of sport interventions in custodial settings. **International Journal of Sport Policy and Politics**, v. 11, n. 2, p. 1–15, 2019.

SOUZA, Juliano de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Esporte, lazer e ressocialização no sistema prisional. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 39, n. 2, p. 123–130, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010.

SPAAIL, R. **Sport and social mobility: crossing boundaries in prison sport programs**. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 50, n. 3, p. 297–315, 2015.

SUGDEN, J. **Critical left-realism and sport interventions in divided societies**. *International Review for the Sociology of Sport*, v. 45, n. 3, p. 258–272, 2010.

SYKES, Gresham. **The Society of Captives**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

TRICCO, Andrea C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467–473, 2018.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WALKER, J.; HEWITT, J. Recreation, sport and prisoner rehabilitation: an international perspective. **Journal of Correctional Education**, v. 64, n. 2, p. 15–31, 2013.

WEINBERG, Robert S.; GOULD, Daniel. **Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2015.

WICKER, Pamela; CUNNINGHAM, George B. Gender stereotypes and their correlates. **Frontiers in Psychology**, v. 14, 2023.

WILLIAMS, John; STARK, Michael. Agressividade de detentos e a prática de esportes: relações e contribuições ao processo de ressocialização. **Journal of Prison and Social Rehabilitation**, v. 10, n. 3, p. 45-59, 2020.

WRIGHT, P.; ZIEGLER, S. Sport-based rehabilitation programs in correctional institutions. **International Journal of Prisoner Health**, v. 13, n. 3, p. 165–178, 2017.

PARTE 2 – ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTÁGIO DE PÓS – DOUTORAMENTO NO PPGPSC

1. PUBLICAÇÕES

AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação justifica-se pelo contexto de desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, precariedade estrutural e escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social, fatores que dificultam o funcionamento das instituições e favorecem a ocorrência de conflitos e comportamentos agressivos entre os detentos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo, analisando e sintetizando resultados de diferentes estudos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a participação em programas esportivos no ambiente prisional está associada à redução de agressividade física e verbal, hostilidade e impulsividade, além de favorecer a melhoria da saúde física e mental dos detentos. A prática esportiva também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relevantes, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe, promovendo a melhoria das relações interpessoais e fortalecendo a convivência institucional.

Palavras-chave: esporte; atividade física; sistema prisional; agressividade; ressocialização.

CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ESPORTES EM DETENTOS

RESUMO: Objetiva-se investigar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação justifica-se pelo contexto de desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, precariedade estrutural e escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social, fatores que dificultam o funcionamento das instituições e favorecem a ocorrência de conflitos e comportamentos agressivos entre os detentos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo, analisando e sintetizando resultados de diferentes estudos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a participação em programas esportivos no ambiente prisional está associada à redução de agressividade física e verbal, hostilidade e impulsividade, além de favorecer a melhoria da saúde física e mental dos detentos. A prática esportiva também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relevantes, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe, promovendo a melhoria das relações interpessoais e fortalecendo a convivência institucional.

Palavras-chave: Esporte; Atividade Física; Sistema Prisional; Agressividade; Ressocialização.

2. ATIVIDADES ACADÊMICAS

Seminário I Pós Doc – apresentação do projeto de pesquisa;

Seminário II Pós Doc – estruturas da construção da pesquisa com ênfase na metodologia;

Seminário III Pós Doc – apresentação dos resultados da pesquisa.

3. EVENTOS CIENTÍFICOS

Semana Acadêmica da Universidade Paulista – UNIP Certificado modalidade Pôster;

Semana Acadêmica da Universidade Paulista – UNIP Certificado modalidade Roda de Conversa;

Semana Acadêmica do Centro Universitário Unigrande Certificado modalidade Pôster;

Semana Acadêmica do Centro Universitário Unigrande Certificado Modalidade Roda de Conversa.

APENDICE A

AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO



Agressividade de detentos e a prática de esportes: relações e contribuições nos processos de ressocialização

Inmate aggressiveness and the practice of sports: relationships and contributions to resocialization processes

Agresividad de los reclusos y la práctica del deporte: relaciones y contribuciones a los procesos de resocialización

DOI: 10.54901/educa.v9-495

Adílio Moreira de Moraes¹

Alisson Slider do Nascimento de Paula²

Kátia Oliver de Sá³

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo analisar por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação justifica-se pelo contexto de desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, precariedade estrutural e escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social, fatores que dificultam o funcionamento das instituições e favorecem a ocorrência de conflitos e comportamentos agressivos entre os detentos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo, analisando e sintetizando resultados de diferentes estudos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a participação em programas esportivos no ambiente prisional está associada à redução de agressividade física e verbal, hostilidade e impulsividade, além de favorecer a melhoria da saúde física e mental dos detentos. A prática esportiva também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relevantes, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe, promovendo a melhoria das relações interpessoais e fortalecendo a convivência institucional.

Palavras-chave: esporte; atividade física; sistema prisional; agressividade; ressocialização.

1 INTRODUÇÃO

O sistema prisional contemporâneo enfrenta inúmeros desafios relacionados à violência institucional, à superlotação e às dificuldades na promoção da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. No contexto brasileiro, essas problemáticas tornam-se ainda mais

¹Doutor em Educação Física, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: adilio_clf@hotmail.com

²Doutor em Educação Física, Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, Ceará, Brasil.
E-mail: alisson.slider05@gmail.com

³Doutora em Educação Física, Universidade Católica do Salvador, Salvador, Bahia, Brasil.
E-mail: katia.oliver@pro.ucs.br

evidentes diante do crescimento expressivo da população carcerária nas últimas décadas e da precariedade estrutural observada em muitas unidades prisionais. Esses fatores contribuem para a formação de um ambiente institucional marcado por tensões constantes, fragilidade nas relações interpessoais e limitações na implementação de políticas públicas voltadas à reintegração social dos indivíduos encarcerados (Salla; Dias, 2019).

A agressividade entre detentos configura-se como um dos principais elementos que impactam negativamente o cotidiano das instituições penitenciárias. A ocorrência recorrente de conflitos interpessoais, episódios de violência e disputas internas compromete não apenas a segurança das unidades prisionais, mas também a realização de atividades educacionais, culturais e sociais destinadas à população privada de liberdade. Diversos estudos indicam que a ausência de atividades estruturadas no cotidiano carcerário contribui para o aumento da ociosidade e da tensão entre os indivíduos, favorecendo o surgimento de comportamentos agressivos e de situações de conflito (Liebling, 2004; Salla; Dias, 2019).

De acordo com Coalter (2013), as práticas esportivas possuem relevante potencial de promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social, especialmente em contextos caracterizados por vulnerabilidade social. No ambiente prisional, o esporte pode contribuir para a reorganização das relações sociais entre os detentos, favorecendo o fortalecimento de vínculos coletivos, a cooperação e a construção de comportamentos mais socialmente adequados.

Estudos nacionais e internacionais indicam que programas esportivos desenvolvidos no sistema penitenciário podem contribuir para a redução de níveis de estresse, ansiedade e agressividade entre os indivíduos privados de liberdade. A prática regular de atividades físicas favorece a liberação de tensões acumuladas no cotidiano carcerário e promove melhorias na saúde física e mental da população encarcerada, aspectos considerados relevantes para a melhoria do clima institucional nas unidades prisionais (Melo; Costa, 2020).

A pesquisa sobre a agressividade no ambiente prisional descreve um tema significativo tanto para o âmbito das ciências sociais quanto para as políticas públicas orientadas à segurança e à justiça criminal. A violência entre detentos retrata um desafio significativo para a administração penitenciária, representando não somente os indivíduos privados de liberdade, como também os profissionais que agem nas instituições prisionais e a própria sociedade.

Nesse cenário, torna-se fundamental investigar estratégias capazes de contribuir para a redução de comportamentos agressivos e para a promoção de práticas que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social dos detentos. A prática esportiva tem sido apontada como uma ferramenta potencialmente eficaz nesse processo, uma vez que pode favorecer a

canalização de tensões, o desenvolvimento do autocontrole e o fortalecimento de valores sociais importantes para a convivência coletiva.

A referida pesquisa busca analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. O presente estudo adota como método a **revisão integrativa da literatura sistematizada**. Esse tipo de revisão caracteriza-se pela realização de um processo estruturado de busca, seleção, análise e síntese de estudos científicos relacionados a um tema específico.

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrativa permite identificar tendências da produção científica, lacunas existentes na literatura e diferentes abordagens teóricas utilizadas pelos pesquisadores para analisar determinado fenômeno.

Diferentemente de outras modalidades de revisão, a revisão integrativa possibilita a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, como pesquisas qualitativas, quantitativas e estudos mistos, favorecendo uma análise mais abrangente da temática investigada.

A referida pesquisa objetiva analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. No limite, esta pesquisa se configura como **revisão de literatura integrativa sistematizada, esta, por seu turno**, constitui um método de pesquisa bibliográfica que tem como objetivo reunir, analisar, comparar e sintetizar resultados de diferentes estudos científicos sobre determinado tema, de maneira organizada, criteriosa e metodologicamente estruturada. Esse tipo de revisão possibilita a construção de uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno investigado, a partir da análise de evidências científicas previamente produzidas.

2 SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO

O sistema prisional contemporâneo constitui um dos temas centrais de debate nas áreas do Direito, da Criminologia e das Ciências Sociais, sobretudo em razão das dificuldades históricas relacionadas à efetivação da função ressocializadora da pena. Nesse contexto, a privação de liberdade não deve ser compreendida apenas como instrumento de punição, mas

instituição disciplinar, não apenas pune, mas também produz sujeitos e práticas sociais, sendo atravessada por relações de poder que moldam comportamentos e trajetórias. Nesse sentido, o cárcere contemporâneo revela-se um espaço em que punição e produção de marginalidade coexistem, evidenciando a necessidade de revisão estrutural das políticas penais sob a ótica dos direitos humanos.

3 AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO PRISIONAL

A realidade prisional constitui um contexto complexo e multidimensional, no qual fatores institucionais, sociais e psicológicos se articulam de maneira contínua na produção de conflitos e dinâmicas de violência, conforme discutem Sykes (2007) e Wacquant (2001). Embora o sistema prisional seja formalmente orientado à custódia e à reintegração social, sua estrutura frequentemente se apresenta marcada por tensões interpessoais, insegurança e práticas violentas que atravessam o cotidiano carcerário, como apontam Salla (2017) e Adorno (1991).

Nesse sentido, Sykes (2007), ao analisar a experiência do encarceramento, evidencia que a privação de liberdade produz efeitos sistemáticos de sofrimento e adaptação forçada, contribuindo para a emergência de comportamentos defensivos e agressivos. De forma complementar, Wacquant (2001) argumenta que o sistema penal contemporâneo está inserido em uma lógica de gestão da marginalidade social, na qual o encarceramento tende a reforçar processos de exclusão já existentes na sociedade.

No contexto brasileiro, Salla e Dias (2019) destacam que as condições estruturais das prisões, caracterizadas por superlotação, precariedade material e insuficiência institucional, favorecem a reprodução de conflitos e o agravamento das formas de violência intramuros. Tais condições não apenas comprometem a segurança institucional, mas também intensificam tensões entre os próprios indivíduos privados de liberdade.

A superlotação carcerária constitui um dos principais fatores associados ao aumento da agressividade no ambiente prisional. A concentração excessiva de pessoas em espaços reduzidos gera disputas por recursos básicos, como alimentação, espaço físico e acesso a serviços, contribuindo para a formação de um ambiente marcado por frustração e hostilidade, conforme apontam Wacquant (2001) e Salla (2017).

Além disso, as relações entre presos e agentes penitenciários também são afetadas pela instabilidade institucional. A escassez de recursos humanos e materiais, associada à fragilidade da gestão prisional, tende a intensificar conflitos e a deteriorar as condições de convivência no interior das unidades prisionais (Salla; Dias, 2019).

também como dispositivo voltado à reintegração social do indivíduo, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito, conforme discute Bitencourt (2017).

Entretanto, conforme aponta Wacquant (2001), o encarceramento moderno está inserido em um modelo de gestão penal que tende a aprofundar desigualdades sociais, produzindo efeitos de marginalização e exclusão. De modo semelhante, Goffman (2008) evidencia que instituições totais, como o cárcere, operam por meio de processos de mortificação da identidade, dificultando a reconstrução subjetiva dos indivíduos privados de liberdade.

No caso brasileiro, a Lei de Execução Penal estabelece que a finalidade da execução da pena é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (Brasil, 1984). No entanto, a realidade empírica do sistema prisional demonstra um descompasso significativo entre a previsão normativa e sua efetivação prática, especialmente diante de condições estruturais precárias e da superlotação carcerária.

O sistema prisional brasileiro reproduz desigualdades sociais históricas, operando sob uma lógica seletiva que atinge, majoritariamente, populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, o cárcere tende a reforçar processos de exclusão social, ao invés de promover a reintegração do indivíduo ao convívio comunitário segundo autores como Adorno (1991), Salla (1999) e Salla e Dias (2019).

Além disso, a literatura evidencia que a ausência de acesso efetivo à educação, ao trabalho e à assistência social compromete diretamente os objetivos ressocializadores da pena. Segundo Julião (2010), a educação e o trabalho no sistema prisional constituem pilares fundamentais para a reconstrução de trajetórias sociais, na medida em que ampliam oportunidades e favorecem o desenvolvimento de competências para a vida em liberdade.

Sob essa perspectiva, o cenário prisional brasileiro revela uma crise estrutural caracterizada pela superlotação, precariedade das condições de custódia e insuficiência de políticas públicas voltadas à reintegração social, conforme apontam Adorno (1991) e Salla (2017). Tais fatores contribuem para a manutenção de um ambiente institucional que, em vez de promover a ressocialização, reforça ciclos de exclusão e reincidência.

Dessa forma, a reintegração social não pode ser compreendida como resultado automático da execução da pena, mas como processo dependente de políticas públicas integradas, envolvendo Estado, sociedade e instituições. Conforme enfatiza Julião (2010), a efetividade da execução penal está diretamente relacionada à articulação entre educação, trabalho e políticas de assistência ao egresso.

Por fim, sob a perspectiva da criminologia crítica, compreende-se que o sistema prisional não opera de forma neutra. Foucault (1975) já indicava que a prisão, enquanto

Outro elemento central na compreensão da violência prisional refere-se às dinâmicas sociais internas entre os próprios detentos. Segundo Bottoms (1999), a violência nas prisões não pode ser explicada exclusivamente por fatores individuais, mas resulta da interação entre características pessoais, condições institucionais e normas informais que estruturam a vida carcerária.

Nesse cenário, a presença de organizações criminosas no interior das prisões intensifica significativamente os níveis de conflito, ao reorganizar relações de poder e estabelecer hierarquias internas baseadas na dominação e no controle territorial, conforme apontam Dias (2013) e Salla (2017). Essas dinâmicas contribuem para a consolidação de ambientes altamente tensionados e propensos à violência.

Sob a perspectiva psicológica, Irwin e Cressey (1962) apontam que o encarceramento representa uma experiência altamente estressante, marcada por insegurança, medo e adaptação forçada. Nesse contexto, comportamentos agressivos podem emergir como estratégias de sobrevivência e autoproteção diante das condições adversas do ambiente prisional.

Adicionalmente, a cultura institucional do cárcere contribui para a reprodução da violência como forma de regulação social interna. Em muitos casos, a ausência de mecanismos eficazes de mediação de conflitos, associada à limitação de atividades educativas e laborais, favorece a consolidação de práticas violentas como linguagem dominante das relações internas.

A violência intramuros manifesta-se de forma multifacetada, envolvendo agressões físicas, ameaças, intimidação e conflitos organizados entre grupos. Sob a perspectiva foucaultiana, tais dinâmicas não podem ser compreendidas como desvios isolados, mas como parte constitutiva da própria racionalidade disciplinar do sistema prisional, o qual produz subjetividades e formas específicas de controle social (Foucault, 1975).

Nessa linha, Foucault (1975) sustenta que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce, o que permite compreender a prisão como um espaço em que relações de poder são continuamente produzidas e reproduzidas, influenciando diretamente os comportamentos dos indivíduos privados de liberdade.

Sob a ótica da criminologia crítica, Baratta (2002) argumenta que o sistema penal não opera de forma neutra, mas reproduz desigualdades estruturais presentes na sociedade. Nesse sentido, o cárcere funciona como um mecanismo de amplificação das assimetrias sociais, contribuindo para a manutenção de processos de exclusão e marginalização.

Dessa forma, a violência prisional deve ser compreendida como um fenômeno estrutural e relacional, resultante da interação entre fatores individuais, institucionais e sociais, conforme discutem Sykes (2007) e Bottoms (1999). A superlotação, a precariedade das condições de

custódia e a ausência de políticas eficazes de reintegração social constituem elementos que se articulam na produção contínua de conflitos no ambiente prisional, como apontam Wacquant (2001) e Salla (2017).

Por conseguinte, o enfrentamento da violência no sistema prisional demanda uma reconfiguração das políticas públicas sob a perspectiva dos direitos humanos, deslocando o foco da punição para a reintegração social. Conforme Baratta (2002), a superação da lógica excludente do sistema penal exige a construção de alternativas que privilegiem a inclusão social e a redução das desigualdades estruturais.

4 ESPORTE COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, o esporte tem sido amplamente reconhecido como um importante instrumento de intervenção social, contribuindo para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a construção de valores fundamentais à convivência coletiva. Em contextos marcados por desigualdades sociais, vulnerabilidade econômica e exclusão, a prática esportiva pode desempenhar papel estratégico na promoção de oportunidades educativas, no fortalecimento de vínculos comunitários e na prevenção de situações de risco social. Dessa forma, o esporte ultrapassa sua dimensão meramente competitiva, consolidando-se como uma ferramenta pedagógica e social capaz de promover processos de transformação social (Coalter, 2013; Hartmann; Kwauk, 2011).

A literatura contemporânea evidencia que o esporte pode funcionar como mecanismo de inclusão social, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Coakley (2011) destaca que os efeitos positivos do esporte não são automáticos, sendo dependentes da forma como as práticas são organizadas e mediadas. Programas estruturados podem favorecer o desenvolvimento de competências como cooperação, respeito às regras, disciplina e trabalho em equipe, além de contribuir para habilidades socioemocionais essenciais à convivência social.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre esporte e desenvolvimento humano. Estudos indicam que iniciativas esportivas orientadas ao desenvolvimento social têm sido utilizadas como estratégias de promoção da saúde, educação e inclusão em diferentes contextos internacionais. Segundo Schulenkorf (2017), o esporte possui características que favorecem a interação social, o engajamento comunitário e o fortalecimento de redes sociais, elementos fundamentais para processos de transformação social sustentada.

Além disso, o esporte pode atuar como um importante gerador de capital social. Putnam (2000) destaca que práticas coletivas fortalecem redes de confiança, reciprocidade e cooperação, ampliando oportunidades sociais e econômicas, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Nesse sentido, o esporte contribui para a criação de vínculos sociais que ultrapassam o espaço da prática esportiva, influenciando positivamente trajetórias individuais e coletivas.

No campo das políticas públicas, o esporte tem sido utilizado como instrumento de promoção da cidadania e da inclusão social. Hartmann e Kwauk (2011) ressaltam que programas esportivos são frequentemente incorporados a estratégias de desenvolvimento social, especialmente no enfrentamento de problemas como violência urbana, desigualdade social e exclusão juvenil. Tais programas buscam utilizar o esporte como ferramenta de engajamento comunitário e formação cidadã.

Fraser-Thomas, Côté e Deakin (2018) destacam que programas esportivos estruturados podem gerar impactos positivos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente quando integrados a objetivos educacionais. A participação em atividades esportivas pode favorecer autoestima, motivação para aprendizagem e senso de pertencimento, além de oferecer ambientes seguros de socialização.

A literatura também indica que o esporte contribui para a saúde física e mental dos indivíduos. Eime *et al.* (2013) apontam que a participação esportiva está associada à melhora dos níveis de bem-estar psicológico, redução de sintomas de ansiedade e depressão, além de benefícios à saúde física geral. Esses efeitos reforçam o potencial do esporte como instrumento de promoção da qualidade de vida.

Outra dimensão relevante refere-se à construção de valores sociais e éticos. Camiré e Trudel (2010) destacam que o ambiente esportivo constitui espaço privilegiado de aprendizagem social, no qual são desenvolvidos valores como respeito, responsabilidade, cooperação e solidariedade. Esses elementos são fundamentais para a formação cidadã e para o fortalecimento de relações sociais mais saudáveis.

A relação entre esporte e educação também tem sido amplamente discutida na literatura. Bailey *et al.* (2009), em revisão sistemática, demonstram que a participação em atividades esportivas pode contribuir para o desempenho escolar, aumento da concentração e desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais relevantes para o processo de aprendizagem.

Em contextos de vulnerabilidade social, o esporte assume papel ainda mais relevante como instrumento de transformação social. Coakley (2011) argumenta que programas

esportivos comunitários podem promover inclusão social ao oferecer experiências positivas de socialização, contribuindo para ampliar perspectivas de vida e oportunidades futuras.

Entretanto, a literatura também ressalta que os impactos positivos do esporte dependem diretamente da forma como os programas são estruturados. Kidd (2018) enfatiza que a simples prática esportiva não garante resultados sociais positivos, sendo essencial a existência de planejamento pedagógico, intencionalidade educativa e acompanhamento profissional qualificado.

Nesse sentido, a atuação de profissionais capacitados é fundamental para garantir o caráter educativo das práticas esportivas. Como destacam Jones, Edwards e Viotto Filho (2017), são os profissionais da educação física e gestores de projetos sociais que constroem ambientes esportivos baseados na participação, inclusão e valorização da diversidade.

A participação comunitária também é apontada como elemento essencial para a sustentabilidade dos projetos esportivos. Schulenkorf (2017) ressalta que iniciativas que envolvem ativamente a comunidade tendem a apresentar maior impacto social e maior continuidade ao longo do tempo, fortalecendo o senso de pertencimento coletivo.

Por fim, o esporte deve ser compreendido como instrumento de transformação social apenas quando articulado a políticas públicas consistentes e fundamentos pedagógicos sólidos, conforme discutem Coalter (2019) e Kidd (2018). Nesse contexto, consolida-se como ferramenta de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento comunitário, desde que implementado de forma planejada, crítica e integrada às demandas sociais contemporâneas.

5 PROGRAMAS ESPORTIVOS EM AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Os programas esportivos em ambientes de privação de liberdade têm sido progressivamente reconhecidos como estratégias relevantes de intervenção social voltadas à promoção da saúde, da convivência institucional e da ressocialização de pessoas privadas de liberdade. No campo das políticas penais contemporâneas, o esporte passa a ser compreendido não apenas como atividade recreativa, mas como prática pedagógica e social capaz de contribuir para processos de reintegração social e redução de vulnerabilidades no cárcere (Marinho; Gonçalves, 2012).

Estudos indicam que o esporte no ambiente prisional pode desempenhar papel relevante na promoção da saúde física e mental dos indivíduos privados de liberdade. Nesse sentido, a literatura aponta que a privação de liberdade está associada a elevados níveis de estresse, ansiedade e sedentarismo, o que reforça a necessidade de intervenções estruturadas voltadas à

prática regular de atividades físicas (Coelho; Ribeiro, 2017). Assim, o esporte emerge como estratégia de enfrentamento das condições adversas do encarceramento, contribuindo para o bem-estar psicológico e social.

Pesquisas realizadas no contexto brasileiro demonstram que programas de atividade física no sistema prisional podem produzir impactos positivos na saúde e na qualidade de vida dos detentos. Segundo Julião (2010), iniciativas educativas e esportivas no cárcere contribuem para a humanização do ambiente prisional e favorecem processos de socialização, reduzindo tensões cotidianas e promovendo maior equilíbrio institucional.

Além dos efeitos sobre a saúde, os programas esportivos também exercem influência na organização da rotina prisional. A inserção de atividades estruturadas contribui para a redução do ócio e da ociosidade, fatores frequentemente associados ao aumento de conflitos no ambiente carcerário. De acordo com Adorno (1991), o sistema prisional brasileiro apresenta condições estruturais que favorecem a reprodução da violência e dificultam processos de ressocialização, sendo o esporte uma das estratégias possíveis de mitigação dessas tensões institucionais.

Nesse sentido, o esporte pode atuar como ferramenta de gestão do comportamento e mediação de conflitos. A literatura aponta que atividades esportivas supervisionadas contribuem para a diminuição de episódios de indisciplina e agressividade, ao oferecer espaços regulados de descarga emocional e interação social controlada (Salla, 2019). Dessa forma, o esporte pode funcionar como mecanismo de organização institucional e redução de conflitos internos.

Do ponto de vista pedagógico, o esporte no cárcere também se apresenta como espaço de aprendizagem social. A participação em práticas esportivas coletivas favorece o desenvolvimento de valores como cooperação, respeito às regras, disciplina e convivência em grupo, elementos fundamentais para a reinserção social. Nesse sentido, Marinho e Gonçalves (2012) destacam que o esporte pode ser compreendido como prática educativa não formal, capaz de contribuir para a formação cidadã de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o esporte pode atuar como instrumento de reconstrução de vínculos sociais e fortalecimento da identidade dos indivíduos privados de liberdade. Estudos apontam que a participação em programas esportivos contribui para o aumento da autoestima, da autoconfiança e da percepção de pertencimento social, elementos fundamentais para processos de mudança comportamental (Coelho; Ribeiro, 2017).

No contexto da ressocialização, o esporte também se articula com outras políticas públicas, como educação e qualificação profissional. Segundo Julião (2010), a efetividade da

reintegração social depende da integração entre diferentes dimensões da política penal, sendo o esporte um componente complementar no processo de formação humana e cidadã.

A literatura brasileira também evidencia que o sistema prisional tende a reproduzir desigualdades sociais estruturais, o que impacta diretamente os processos de reintegração. Conforme Adorno (1991; 2017), o cárcere não apenas reflete, mas também intensifica desigualdades sociais pré-existentes, tornando necessária a implementação de políticas intersetoriais voltadas à redução da exclusão social.

Outro aspecto relevante refere-se ao papel do esporte na regulação emocional dos indivíduos privados de liberdade. A prática esportiva permite a canalização de tensões e frustrações de maneira socialmente estruturada, reduzindo a probabilidade de comportamentos agressivos (Salla, 2019). Dessa forma, o esporte pode ser compreendido como dispositivo de mediação simbólica das tensões próprias do ambiente prisional.

No entanto, a literatura também destaca que os impactos positivos do esporte no sistema prisional dependem de condições estruturais adequadas. A ausência de espaços apropriados, profissionais qualificados e apoio institucional limita significativamente os resultados das intervenções esportivas (Julião, 2010). Assim, a efetividade dessas práticas está diretamente relacionada à sua institucionalização e planejamento pedagógico.

Além disso, a articulação entre esporte e políticas de ressocialização mais amplas é fundamental. A integração entre educação formal, trabalho e atividades esportivas potencializa os efeitos positivos das intervenções, favorecendo o desenvolvimento integral dos indivíduos privados de liberdade, conforme apontam Julião (2010) e Coalter (2019).

Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação das pesquisas sobre programas esportivos no sistema prisional brasileiro, especialmente estudos longitudinais que avaliem seus impactos sobre reincidência criminal e reinserção social, conforme apontam Coalter (2019) e Schulenkorf e Siefken (2019). Embora os resultados existentes apontem efeitos positivos, ainda há lacunas importantes na produção científica nacional sobre o tema.

Dessa forma, o esporte no ambiente prisional deve ser compreendido como estratégia complementar de intervenção social, capaz de contribuir para a humanização do cárcere, a redução de tensões institucionais e o fortalecimento de processos de ressocialização, desde que implementado de forma planejada, estruturada e integrada às políticas públicas penais, conforme discutem Meek (2014) e Holt, Neely e Camiré (2020).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as limitações das pesquisas existentes, visto que muitos estudos apresentam amostras pequenas, métodos diversos e ausência de um longo período de acompanhamento dos participantes, o que impossibilita a generalização dos resultados e a avaliação mais precisa do impacto a longo prazo das práticas esportivas. Além disso, ainda são escassas as investigações que analisam de forma sistemática a relação entre participação em programas esportivos no sistema prisional e a redução da reincidência criminal após a liberação dos detentos.

Diante desse cenário, é importante que estudos futuros investiguem o impacto das práticas esportivas em prisões, utilizando métodos mais robustos e perspectivas interdisciplinares que permitam uma visão mais ampla dos efeitos dessas atividades. Estudos que combinem métodos quantitativos e qualitativos, ou o acompanhamento longitudinal dos participantes, poderiam nos ajudar a compreender com maior profundidade os mecanismos pelos quais o esporte modula o comportamento, os laços sociais e o processo de reinserção social de indivíduos privados de liberdade.

No campo das políticas públicas, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de ampliar os investimentos em programas esportivos no sistema penitenciário, reconhecendo o esporte como uma ferramenta relevante de intervenção social, educativa e de promoção da saúde. A implementação de programas esportivos estruturados, integrados a outras estratégias de educação, trabalho e inclusão social, pode contribuir para a humanização do ambiente prisional e para o fortalecimento de políticas voltadas à reintegração social da população encarcerada.

Pesquisas demonstram que o esporte tem um enorme poder de gerar mudanças sociais em presídios. Por meio de experiências de cooperação, disciplina, respeito às regras e convivência, as práticas esportivas podem reduzir a agressividade, fortalecer laços de amizade e permitir o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que nos tornam aptos a viver em sociedade.

Assim, impulsionar iniciativas de fortalecimento do esporte em todo o sistema prisional seria um passo na direção certa para a criação de políticas públicas mais humanas e eficientes, voltadas não apenas para o controle institucional, mas sim para o desenvolvimento humano efetivo e a reintegração social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Prisão, crime e desigualdade social**. São Paulo: Edusp, 2017.
- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. *Revista USP*, São Paulo, n. 9, p. 65–78, 1991.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. *Lei de Execução Penal*. Brasília: Presidência da República, 1984.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.
- BOTTOMS, Anthony. Interpersonal violence and social order in prisons. *Crime and Justice*, v. 26, p. 205–281, 1999.
- COALTER, Fred. *Sport for Development: What Game Are We Playing?* London: Routledge, 2013.
- COALTER, Fred. *Sport for Development and Peace: A Critical Sociology*. London: Routledge, 2019.
- COELHO, Felipe; RIBEIRO, Sandra. Atividade física e saúde no sistema prisional. *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, v. 22, n. 3, p. 234–242, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- IRWIN, John; CRESSEY, Donald. Thieves, convicts and the inmate culture. *Social Problems*, v. 10, n. 2, p. 142–155, 1962.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. *Educação e trabalho no sistema prisional*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.
- LIEBLING, Alison. **Prisons and their moral performance**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MARINHO, Alcyane; GONÇALVES, Michelle. Esporte e sistema prisional. *Revista Movimento*, v. 18, n. 2, p. 123–140, 2012.
- MELO, Victor Andrade de; COSTA, Lamartine Pereira da. *Esporte e sociedade: perspectivas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Shape, 2020.

SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Controle disciplinar e relações de poder nas prisões brasileiras. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 245–272, 2019.

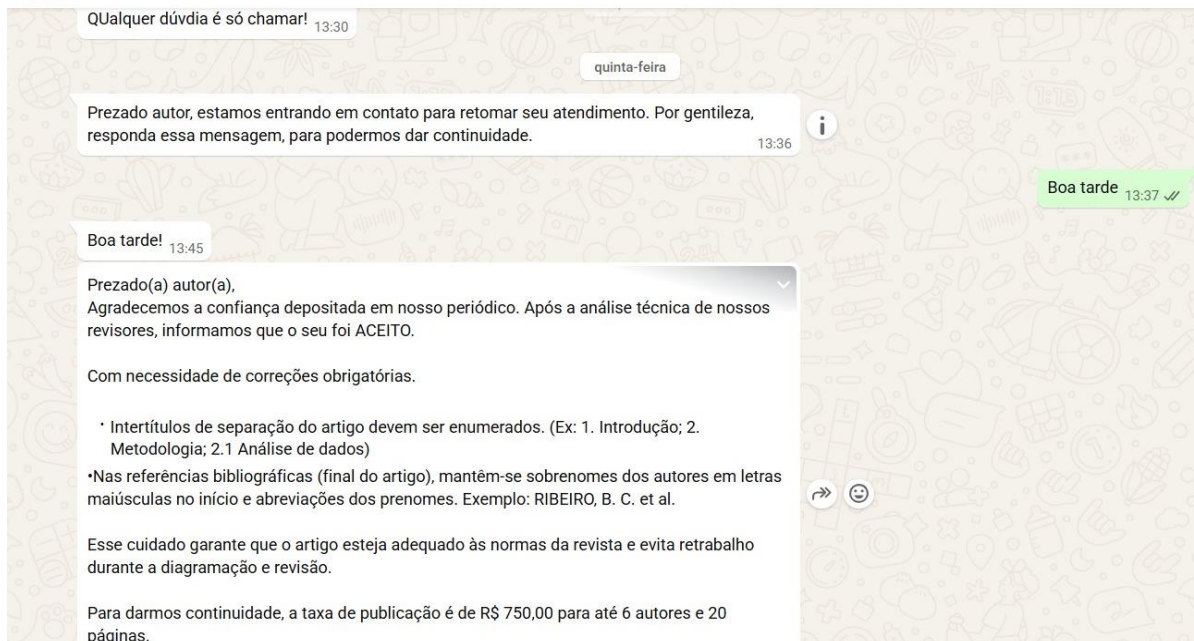
SYKES, Gresham. *The Society of Captives*. Princeton: Princeton University Press, 2007.

WACQUANT, Loïc. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ESPORTES EM DETENTOS



Revista Projeção e Docência
Conta comercial



Publicação enviada com sucesso!

Recebemos os dados do seu artigo. Em breve entraremos em contato.

Título do artigo:

CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ESPORTES EM DETENTOS

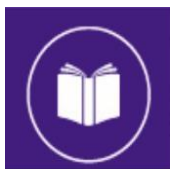
TÍTULO DO ARTIGO

Autor 1 (principal): ADÍLIO MOREIRA DE MORAES — Doutor (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR)
adilio_clf@hotmail.com
Educação Física — Salvador/BA — BRASIL

Autor 2: KÁTIA OLIVER DE SÁ — Doutora (UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR)
katia.oliver@pro.ucs.br
Educação Física — Salvador/BA — BRASIL

Autor 3: ALISSON SLIDER DO NASCIMENTO DE PAULA — Doutor (Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA)
alisson.slider05@gmail.com
Educação Física — Sobral/CE — BRASIL

Responsável pela submissão: ALISSON SLIDER DO NASCIMENTO DE PAULA
<alisson.slider05@gmail.com>



CONTRIBUIÇÕES NOS PROCESSOS DE RESSOCIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PRÁTICA DE ESPORTES EM DETENTOS

Contributions to the Resocialization Processes Through the Practice of Sports
Among Inmates

Contribuciones a los procesos de resocialización mediante la práctica deportiva
entre los reclusos

DOI:

Adílio Moreira de Moraes
Doutor em Educação (UFRJ), E-mail: adilio_clf@hotmail.com

Kátia Oliver de Sá
Doutora em Educação (UFBA), E-mail: katia.oliver@pro.ucs.br

Alisson Slider do Nascimento de Paula
Doutor em Educação (UECE), E-mail: alisson_slider@uvanet.br

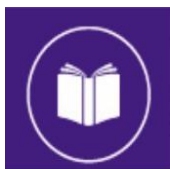
RESUMO

Objetiva-se investigar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. A investigação justifica-se pelo contexto de desafios enfrentados pelo sistema prisional brasileiro, marcado por superlotação, precariedade estrutural e escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social, fatores que dificultam o funcionamento das instituições e favorecem a ocorrência de conflitos e comportamentos agressivos entre os detentos. Para alcançar os objetivos propostos, realizou-se uma revisão integrativa da literatura, reunindo, analisando e sintetizando resultados de diferentes estudos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que a participação em programas esportivos no ambiente prisional está associada à redução de agressividade física e verbal, hostilidade e impulsividade, além de favorecer a melhoria da saúde física e mental dos detentos. A prática esportiva também contribui para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais relevantes, como cooperação, disciplina, respeito às regras, responsabilidade coletiva e trabalho em equipe, promovendo a melhoria das relações interpessoais e fortalecendo a convivência institucional.

Palavras-chave: Esporte; Atividade Física; Sistema Prisional; Agressividade; Ressocialização.

ABSTRACT

This study aims to investigate, through an integrative literature review, the scientific evidence regarding the relationship between sports practice in the prison context, the reduction of aggression among incarcerated individuals, and its contributions to resocialization processes. The investigation is justified by the challenges faced by the Brazilian prison system, marked by overcrowding, structural deficiencies, and a scarcity of public policies aimed at social reintegration—factors that hinder the functioning of institutions and favor the occurrence of conflicts and aggressive behaviors among inmates. To achieve the proposed objectives, an integrative literature review was conducted, gathering, analyzing, and synthesizing results from different national and international studies. The results show that participation in sports programs in the prison environment is associated with a reduction in physical and verbal aggression, hostility, and impulsivity, in addition to promoting the improvement of the physical and



mental health of inmates. Sports practice also contributes to the development of relevant socio-emotional skills, such as cooperation, discipline, respect for rules, collective responsibility, and teamwork, promoting improved interpersonal relationships and strengthening institutional coexistence.

Keywords: Sport; Physical Activity; Prison System; Aggressiveness; Rehabilitation.

RESUMEN

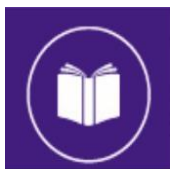
Este estudio tiene como objetivo investigar, mediante una revisión bibliográfica integradora, la evidencia científica sobre la relación entre la práctica deportiva en el contexto penitenciario, la reducción de la agresión entre las personas privadas de libertad y su contribución a los procesos de resocialización. La investigación se justifica por los desafíos que enfrenta el sistema penitenciario brasileño, caracterizado por el hacinamiento, las deficiencias estructurales y la escasez de políticas públicas orientadas a la reinserción social; factores que obstaculizan el funcionamiento de las instituciones y favorecen la aparición de conflictos y conductas agresivas entre los internos. Para alcanzar los objetivos propuestos, se realizó una revisión bibliográfica integradora, recopilando, analizando y sintetizando los resultados de diversos estudios nacionales e internacionales. Los resultados muestran que la participación en programas deportivos en el entorno penitenciario se asocia con una reducción de la agresión física y verbal, la hostilidad y la impulsividad, además de promover la mejora de la salud física y mental de los internos. La práctica deportiva también contribuye al desarrollo de habilidades socioemocionales relevantes, como la cooperación, la disciplina, el respeto a las normas, la responsabilidad colectiva y el trabajo en equipo, promoviendo mejores relaciones interpersonales y fortaleciendo la convivencia institucional.

Palabras clave: Deporte; Actividad física; Sistema penitenciario; Agresividad; Rehabilitación.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O sistema prisional contemporâneo enfrenta inúmeros desafios relacionados à violência institucional, à superlotação e às dificuldades na promoção da ressocialização das pessoas privadas de liberdade. No contexto brasileiro, essas problemáticas tornam-se ainda mais evidentes diante do crescimento expressivo da população carcerária nas últimas décadas e da precariedade estrutural observada em muitas unidades prisionais. Esses fatores contribuem para a formação de um ambiente institucional marcado por tensões constantes, fragilidade nas relações interpessoais e limitações na implementação de políticas públicas voltadas à reintegração social dos indivíduos encarcerados (Salla; Dias, 2019).

De acordo com Coalter (2013), as práticas esportivas possuem relevante potencial de promoção do desenvolvimento humano e da inclusão social, especialmente em contextos caracterizados por vulnerabilidade social. No ambiente prisional, o esporte pode contribuir para a reorganização das relações sociais entre os detentos, favorecendo o fortalecimento de vínculos coletivos, a cooperação e a construção de comportamentos mais socialmente adequados.



Estudos nacionais e internacionais indicam que programas esportivos desenvolvidos no sistema penitenciário podem contribuir para a redução de níveis de estresse, ansiedade e agressividade entre os indivíduos privados de liberdade. A prática regular de atividades físicas favorece a liberação de tensões acumuladas no cotidiano carcerário e promove melhorias na saúde física e mental da população encarcerada, aspectos considerados relevantes para a melhoria do clima institucional nas unidades prisionais (Melo; Costa, 2020).

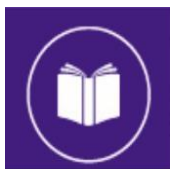
A pesquisa sobre a agressividade no ambiente prisional descreve um tema significativo tanto para o âmbito das ciências sociais quanto para as políticas públicas orientadas à segurança e à justiça criminal. A violência entre detentos retrata um desafio significativo para a administração penitenciária, representando não somente os indivíduos privados de liberdade, como também os profissionais que agem nas instituições prisionais e a própria sociedade.

Nesse cenário, torna-se fundamental investigar estratégias capazes de contribuir para a redução de comportamentos agressivos e para a promoção de práticas que favoreçam o desenvolvimento pessoal e social dos detentos. A prática esportiva tem sido apontada como uma ferramenta potencialmente eficaz nesse processo, uma vez que pode favorecer a canalização de tensões, o desenvolvimento do autocontrole e o fortalecimento de valores sociais importantes para a convivência coletiva.

A referida pesquisa busca analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. O presente estudo adota como método a revisão integrativa da literatura sistematizada. Esse tipo de revisão caracteriza-se pela realização de um processo estruturado de busca, seleção, análise e síntese de estudos científicos relacionados a um tema específico.

Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), a revisão integrativa permite identificar tendências da produção científica, lacunas existentes na literatura e diferentes abordagens teóricas utilizadas pelos pesquisadores para analisar determinado fenômeno.

Diferentemente de outras modalidades de revisão, a revisão integrativa possibilita a inclusão de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, como pesquisas qualitativas, quantitativas e estudos mistos, favorecendo uma análise mais abrangente da temática investigada.



A referida pesquisa objetiva analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura, as evidências científicas acerca da relação entre a prática de esportes no contexto prisional, a redução da agressividade entre indivíduos privados de liberdade e suas contribuições para os processos de ressocialização. No limite, esta pesquisa se configura como revisão de literatura integrativa sistematizada, esta, por seu turno, constitui um método de pesquisa bibliográfica que tem como objetivo reunir, analisar, comparar e sintetizar resultados de diferentes estudos científicos sobre determinado tema, de maneira organizada, criteriosa e metodologicamente estruturada. Esse tipo de revisão possibilita a construção de uma compreensão mais ampla acerca do fenômeno investigado, a partir da análise de evidências científicas previamente produzidas

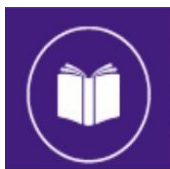
SISTEMA PRISIONAL E RESSOCIALIZAÇÃO

O sistema prisional contemporâneo constitui um dos temas centrais de debate nas áreas do Direito, da Criminologia e das Ciências Sociais, sobretudo em razão das dificuldades históricas relacionadas à efetivação da função ressocializadora da pena. Nesse contexto, a privação de liberdade não deve ser compreendida apenas como instrumento de punição, mas também como dispositivo voltado à reintegração social do indivíduo, em consonância com os princípios do Estado Democrático de Direito, conforme discute Bitencourt (2017).

Entretanto, conforme aponta Wacquant (2001), o encarceramento moderno está inserido em um modelo de gestão penal que tende a aprofundar desigualdades sociais, produzindo efeitos de marginalização e exclusão. De modo semelhante, Goffman (2008) evidencia que instituições totais, como o cárcere, operam por meio de processos de mortificação da identidade, dificultando a reconstrução subjetiva dos indivíduos privados de liberdade.

No caso brasileiro, a Lei de Execução Penal estabelece que a finalidade da execução da pena é proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (Brasil, 1984). No entanto, a realidade empírica do sistema prisional demonstra um descompasso significativo entre a previsão normativa e sua efetivação prática, especialmente diante de condições estruturais precárias e da superlotação carcerária.

O sistema prisional brasileiro reproduz desigualdades sociais históricas, operando sob uma lógica seletiva que atinge, majoritariamente, populações vulnerabilizadas. Nesse sentido, o cárcere tende a reforçar processos de exclusão social, ao invés de promover a reintegração do



indivíduo ao convívio comunitário segundo autores como Adorno (1991), Salla (1999) e Salla e Dias (2019).

Além disso, a literatura evidencia que a ausência de acesso efetivo à educação, ao trabalho e à assistência social compromete diretamente os objetivos ressocializadores da pena. Segundo Julião (2010), a educação e o trabalho no sistema prisional constituem pilares fundamentais para a reconstrução de trajetórias sociais, na medida em que ampliam oportunidades e favorecem o desenvolvimento de competências para a vida em liberdade.

Sob essa perspectiva, o cenário prisional brasileiro revela uma crise estrutural caracterizada pela superlotação, precariedade das condições de custódia e insuficiência de políticas públicas voltadas à reintegração social, conforme apontam Adorno (1991) e Salla (2017). Tais fatores contribuem para a manutenção de um ambiente institucional que, em vez de promover a ressocialização, reforça ciclos de exclusão e reincidência.

Dessa forma, a reintegração social não pode ser compreendida como resultado automático da execução da pena, mas como processo dependente de políticas públicas integradas, envolvendo Estado, sociedade e instituições. Conforme enfatiza Julião (2010), a efetividade da execução penal está diretamente relacionada à articulação entre educação, trabalho e políticas de assistência ao egresso.

Por fim, sob a perspectiva da criminologia crítica, compreende-se que o sistema prisional não opera de forma neutra. Foucault (1975) já indicava que a prisão, enquanto instituição disciplinar, não apenas pune, mas também produz sujeitos e práticas sociais, sendo atravessada por relações de poder que moldam comportamentos e trajetórias. Nesse sentido, o cárcere contemporâneo revela-se um espaço em que punição e produção de marginalidade coexistem, evidenciando a necessidade de revisão estrutural das políticas penais sob a ótica dos direitos humanos.

AGRESSIVIDADE NO CONTEXTO PRISIONAL

A realidade prisional constitui um contexto complexo e multidimensional, no qual fatores institucionais, sociais e psicológicos se articulam de maneira contínua na produção de conflitos e dinâmicas de violência, conforme discutem Sykes (2007) e Wacquant (2001). Embora o sistema prisional seja formalmente orientado à custódia e à reintegração social, sua estrutura frequentemente se apresenta marcada por tensões interpessoais, insegurança e práticas violentas que atravessam o cotidiano carcerário, como apontam Salla (2017) e Adorno (1991).



Nesse sentido, Sykes (2007), ao analisar a experiência do encarceramento, evidencia que a privação de liberdade produz efeitos sistemáticos de sofrimento e adaptação forçada, contribuindo para a emergência de comportamentos defensivos e agressivos. De forma complementar, Wacquant (2001) argumenta que o sistema penal contemporâneo está inserido em uma lógica de gestão da marginalidade social, na qual o encarceramento tende a reforçar processos de exclusão já existentes na sociedade.

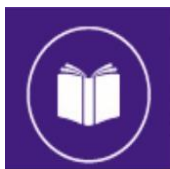
No contexto brasileiro, Salla e Dias (2019) destacam que as condições estruturais das prisões, caracterizadas por superlotação, precariedade material e insuficiência institucional, favorecem a reprodução de conflitos e o agravamento das formas de violência intramuros. Tais condições não apenas comprometem a segurança institucional, mas também intensificam tensões entre os próprios indivíduos privados de liberdade.

A superlotação carcerária constitui um dos principais fatores associados ao aumento da agressividade no ambiente prisional. A concentração excessiva de pessoas em espaços reduzidos gera disputas por recursos básicos, como alimentação, espaço físico e acesso a serviços, contribuindo para a formação de um ambiente marcado por frustração e hostilidade, conforme apontam Wacquant (2001) e Salla (2017).

Outro elemento central na compreensão da violência prisional refere-se às dinâmicas sociais internas entre os próprios detentos. Segundo Bottoms (1999), a violência nas prisões não pode ser explicada exclusivamente por fatores individuais, mas resulta da interação entre características pessoais, condições institucionais e normas informais que estruturam a vida carcerária.

Nesse cenário, a presença de organizações criminosas no interior das prisões intensifica significativamente os níveis de conflito, ao reorganizar relações de poder e estabelecer hierarquias internas baseadas na dominação e no controle territorial, conforme apontam Dias (2013) e Salla (2017). Essas dinâmicas contribuem para a consolidação de ambientes altamente tensionados e propensos à violência.

Sob a perspectiva psicológica, Irwin e Cressey (1962) apontam que o encarceramento representa uma experiência altamente estressante, marcada por insegurança, medo e adaptação forçada. Nesse contexto, comportamentos agressivos podem emergir como estratégias de sobrevivência e autoproteção diante das condições adversas do ambiente prisional.



Adicionalmente, a cultura institucional do cárcere contribui para a reprodução da violência como forma de regulação social interna. Em muitos casos, a ausência de mecanismos eficazes de mediação de conflitos, associada à limitação de atividades educativas e laborais, favorece a consolidação de práticas violentas como linguagem dominante das relações internas.

A violência intramuros manifesta-se de forma multifacetada, envolvendo agressões físicas, ameaças, intimidação e conflitos organizados entre grupos. Sob a perspectiva foucaultiana, tais dinâmicas não podem ser compreendidas como desvios isolados, mas como parte constitutiva da própria racionalidade disciplinar do sistema prisional, o qual produz subjetividades e formas específicas de controle social (Foucault, 1975).

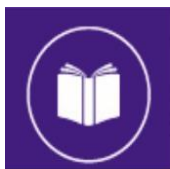
Nessa linha, Foucault (1975) sustenta que o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce, o que permite compreender a prisão como um espaço em que relações de poder são continuamente produzidas e reproduzidas, influenciando diretamente os comportamentos dos indivíduos privados de liberdade.

Por conseguinte, o enfrentamento da violência no sistema prisional demanda uma reconfiguração das políticas públicas sob a perspectiva dos direitos humanos, deslocando o foco da punição para a reintegração social. Conforme Baratta (2002), a superação da lógica excludente do sistema penal exige a construção de alternativas que privilegiem a inclusão social e a redução das desigualdades estruturais.

ESPORTE COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Nas últimas décadas, o esporte tem sido amplamente reconhecido como um importante instrumento de intervenção social, contribuindo para o desenvolvimento humano, a inclusão social e a construção de valores fundamentais à convivência coletiva. Em contextos marcados por desigualdades sociais, vulnerabilidade econômica e exclusão, a prática esportiva pode desempenhar papel estratégico na promoção de oportunidades educativas, no fortalecimento de vínculos comunitários e na prevenção de situações de risco social. Dessa forma, o esporte ultrapassa sua dimensão meramente competitiva, consolidando-se como uma ferramenta pedagógica e social capaz de promover processos de transformação social (Coalter, 2013; Hartmann; Kwauk, 2011).

A literatura contemporânea evidencia que o esporte pode funcionar como mecanismo de inclusão social, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, Coakley (2011) destaca que os efeitos positivos do esporte não são automáticos, sendo



dependentes da forma como as práticas são organizadas e mediadas. Programas estruturados podem favorecer o desenvolvimento de competências como cooperação, respeito às regras, disciplina e trabalho em equipe, além de contribuir para habilidades socioemocionais essenciais à convivência social.

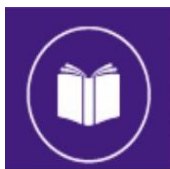
Outro aspecto relevante refere-se à relação entre esporte e desenvolvimento humano. Estudos indicam que iniciativas esportivas orientadas ao desenvolvimento social têm sido utilizadas como estratégias de promoção da saúde, educação e inclusão em diferentes contextos internacionais. Segundo Schulenkorf (2017), o esporte possui características que favorecem a interação social, o engajamento comunitário e o fortalecimento de redes sociais, elementos fundamentais para processos de transformação social sustentada.

No campo das políticas públicas, o esporte tem sido utilizado como instrumento de promoção da cidadania e da inclusão social. Hartmann e Kwauk (2011) ressaltam que programas esportivos são frequentemente incorporados a estratégias de desenvolvimento social, especialmente no enfrentamento de problemas como violência urbana, desigualdade social e exclusão juvenil. Tais programas buscam utilizar o esporte como ferramenta de engajamento comunitário e formação cidadã.

A literatura também indica que o esporte contribui para a saúde física e mental dos indivíduos. Eime et al. (2013) apontam que a participação esportiva está associada à melhora dos níveis de bem-estar psicológico, redução de sintomas de ansiedade e depressão, além de benefícios à saúde física geral. Esses efeitos reforçam o potencial do esporte como instrumento de promoção da qualidade de vida.

Outra dimensão relevante refere-se à construção de valores sociais e éticos. Camiré e Trudel (2010) destacam que o ambiente esportivo constitui espaço privilegiado de aprendizagem social, no qual são desenvolvidos valores como respeito, responsabilidade, cooperação e solidariedade. Esses elementos são fundamentais para a formação cidadã e para o fortalecimento de relações sociais mais saudáveis.

A relação entre esporte e educação também tem sido amplamente discutida na literatura. Bailey et al. (2009), em revisão sistemática, demonstram que a participação em atividades esportivas pode contribuir para o desempenho escolar, aumento da concentração e desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais relevantes para o processo de aprendizagem.



Em contextos de vulnerabilidade social, o esporte assume papel ainda mais relevante como instrumento de transformação social. Coakley (2011) argumenta que programas esportivos comunitários podem promover inclusão social ao oferecer experiências positivas de socialização, contribuindo para ampliar perspectivas de vida e oportunidades futuras.

Entretanto, a literatura também ressalta que os impactos positivos do esporte dependem diretamente da forma como os programas são estruturados. Kidd (2018) enfatiza que a simples prática esportiva não garante resultados sociais positivos, sendo essencial a existência de planejamento pedagógico, intencionalidade educativa e acompanhamento profissional qualificado.

Nesse sentido, a atuação de profissionais capacitados é fundamental para garantir o caráter educativo das práticas esportivas. Como destacam Jones, Edwards e Viotto Filho (2017), são os profissionais da educação física e gestores de projetos sociais que constroem ambientes esportivos baseados na participação, inclusão e valorização da diversidade.

A participação comunitária também é apontada como elemento essencial para a sustentabilidade dos projetos esportivos. Schulenkorf (2017) ressalta que iniciativas que envolvem ativamente a comunidade tendem a apresentar maior impacto social e maior continuidade ao longo do tempo, fortalecendo o senso de pertencimento coletivo.

Por fim, o esporte deve ser compreendido como instrumento de transformação social apenas quando articulado a políticas públicas consistentes e fundamentos pedagógicos sólidos, conforme discutem Coalter (2019) e Kidd (2018). Nesse contexto, consolida-se como ferramenta de desenvolvimento humano, inclusão social e fortalecimento comunitário, desde que implementado de forma planejada, crítica e integrada às demandas sociais contemporâneas.

PROGRAMAS ESPORTIVOS EM AMBIENTES DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Os programas esportivos em ambientes de privação de liberdade têm sido progressivamente reconhecidos como estratégias relevantes de intervenção social voltadas à promoção da saúde, da convivência institucional e da ressocialização de pessoas privadas de liberdade. No campo das políticas penais contemporâneas, o esporte passa a ser compreendido não apenas como atividade recreativa, mas como prática pedagógica e social capaz de contribuir para processos de reintegração social e redução de vulnerabilidades no cárcere (Marinho; Gonçalves, 2012).



Estudos indicam que o esporte no ambiente prisional pode desempenhar papel relevante na promoção da saúde física e mental dos indivíduos privados de liberdade. Nesse sentido, a literatura aponta que a privação de liberdade está associada a elevados níveis de estresse, ansiedade e sedentarismo, o que reforça a necessidade de intervenções estruturadas voltadas à prática regular de atividades físicas (Coelho; Ribeiro, 2017). Assim, o esporte emerge como estratégia de enfrentamento das condições adversas do encarceramento, contribuindo para o bem-estar psicológico e social.

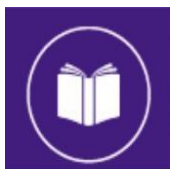
Pesquisas realizadas no contexto brasileiro demonstram que programas de atividade física no sistema prisional podem produzir impactos positivos na saúde e na qualidade de vida dos detentos. Segundo Julião (2010), iniciativas educativas e esportivas no cárcere contribuem para a humanização do ambiente prisional e favorecem processos de socialização, reduzindo tensões cotidianas e promovendo maior equilíbrio institucional.

Do ponto de vista pedagógico, o esporte no cárcere também se apresenta como espaço de aprendizagem social. A participação em práticas esportivas coletivas favorece o desenvolvimento de valores como cooperação, respeito às regras, disciplina e convivência em grupo, elementos fundamentais para a reinserção social. Nesse sentido, Marinho e Gonçalves (2012) destacam que o esporte pode ser compreendido como prática educativa não formal, capaz de contribuir para a formação cidadã de indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, o esporte pode atuar como instrumento de reconstrução de vínculos sociais e fortalecimento da identidade dos indivíduos privados de liberdade. Estudos apontam que a participação em programas esportivos contribui para o aumento da autoestima, da autoconfiança e da percepção de pertencimento social, elementos fundamentais para processos de mudança comportamental (Coelho; Ribeiro, 2017).

No contexto da ressocialização, o esporte também se articula com outras políticas públicas, como educação e qualificação profissional. Segundo Julião (2010), a efetividade da reintegração social depende da integração entre diferentes dimensões da política penal, sendo o esporte um componente complementar no processo de formação humana e cidadã.

A literatura brasileira também evidencia que o sistema prisional tende a reproduzir desigualdades sociais estruturais, o que impacta diretamente os processos de reintegração. Conforme Adorno (1991; 2017), o cárcere não apenas reflete, mas também intensifica desigualdades sociais pré-existentes, tornando necessária a implementação de políticas intersetoriais voltadas à redução da exclusão social.



Outro aspecto relevante refere-se ao papel do esporte na regulação emocional dos indivíduos privados de liberdade. A prática esportiva permite a canalização de tensões e frustrações de maneira socialmente estruturada, reduzindo a probabilidade de comportamentos agressivos (Salla, 2019). Dessa forma, o esporte pode ser compreendido como dispositivo de mediação simbólica das tensões próprias do ambiente prisional.

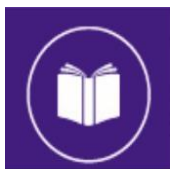
Por fim, destaca-se a necessidade de ampliação das pesquisas sobre programas esportivos no sistema prisional brasileiro, especialmente estudos longitudinais que avaliem seus impactos sobre reincidência criminal e reinserção social, conforme apontam Coalter (2019) e Schulenkorf e Siefken (2019). Embora os resultados existentes apontem efeitos positivos, ainda há lacunas importantes na produção científica nacional sobre o tema.

Dessa forma, o esporte no ambiente prisional deve ser compreendido como estratégia complementar de intervenção social, capaz de contribuir para a humanização do cárcere, a redução de tensões institucionais e o fortalecimento de processos de ressocialização, desde que implementado de forma planejada, estruturada e integrada às políticas públicas penais, conforme discutem Meek (2014) e Holt, Neely e Camiré (2020).

A discussão sobre políticas públicas de ressocialização no sistema prisional tem ganhado destaque nas últimas décadas, sobretudo diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelas instituições penitenciárias. No Brasil, a superlotação, a precariedade das condições carcerárias e a escassez de políticas públicas voltadas à reintegração social têm sido apontadas como fatores que dificultam a efetividade do processo de ressocialização.

Nesse sentido, estudos indicam que o sistema penitenciário brasileiro ainda enfrenta grandes desafios para cumprir sua função social de reintegração dos indivíduos à sociedade (Salla; Dias, 2019). Nesse cenário, a implementação de programas educacionais, culturais e esportivos tem sido considerada uma alternativa relevante para promover melhorias na convivência institucional e contribuir para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos privados de liberdade (Julião, 2016).

A proposta de intervenção analisada apresenta como objetivo central a redução dos níveis de agressividade entre detentos e o fortalecimento dos processos de ressocialização por meio da prática esportiva estruturada. Esse objetivo está alinhado com pesquisas recentes que apontam o esporte como um importante instrumento de inclusão social e desenvolvimento humano, especialmente quando aplicado em contextos de vulnerabilidade social. Programas esportivos estruturados podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades sociais,



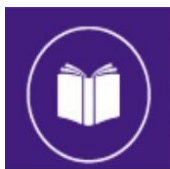
disciplina, cooperação e respeito às normas coletivas, aspectos essenciais para a convivência social e para a reintegração dos indivíduos à sociedade (Coalter, 2013; Darnell, 2019).

No contexto do sistema prisional brasileiro, a literatura aponta que as atividades esportivas desempenham um papel relevante na organização do cotidiano dos detentos. Muitas instituições penitenciárias enfrentam altos índices de ociosidade entre os internos, uma vez que nem todos têm acesso a atividades de trabalho ou educação formal. Nesse sentido, o esporte surge como uma alternativa capaz de ocupar o tempo livre de forma produtiva e promover benefícios físicos e psicológicos aos participantes. Estudos apontam que a prática regular de atividades físicas pode contribuir para a redução do estresse, da ansiedade e da agressividade, fatores frequentemente presentes em ambientes de confinamento prolongado (Souza; Marchi Júnior, 2017).

Pesquisas realizadas no Brasil também indicam que o esporte pode atuar como uma importante ferramenta de socialização no ambiente prisional. Estudos destacam que atividades esportivas podem contribuir para a formação cidadã e para o desenvolvimento de valores sociais, como respeito, cooperação e responsabilidade coletiva. Além disso, a participação em práticas esportivas favorece a construção de vínculos sociais entre os participantes, contribuindo para a melhoria das relações interpessoais dentro das unidades prisionais (Julião, 2016; Silva; Ferreira, 2020).

No que se refere às modalidades esportivas priorizadas no programa analisado, observa-se que a escolha do futebol e do futsal como atividades centrais apresenta grande adequação ao contexto sociocultural brasileiro. O futebol é uma das modalidades mais populares do país, o que facilita a adesão dos participantes e aumenta o engajamento nas atividades. Além disso, esportes coletivos exigem interação constante entre os jogadores, favorecendo o desenvolvimento de habilidades sociais importantes, como comunicação, cooperação e tomada de decisões coletivas (Giulianotti, 2015). Essas competências são fundamentais para a construção de relações sociais mais equilibradas dentro do ambiente prisional.

A inclusão de outros esportes, como vôlei e basquete, bem como de uma atividade, o condicionamento físico, que não se enquadra na definição de esporte, apenas amplia o escopo para incentivar a participação ativa dos detentos no programa. Nem todos os detentos têm interesse e/ou capacidade suficiente para praticar o mesmo esporte, portanto, há necessidade de esportes alternativos que atendam a diferentes perfis e níveis de condicionamento físico. É verdade também que as atividades de condicionamento físico podem melhorar a saúde dos participantes em comparação com a situação em que os detentos não têm essa opção,



diminuindo os problemas relacionados ao sedentarismo e incentivando um estilo de vida saudável (Weinberg; Gould, 2017).

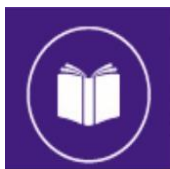
Outro elemento relevante da intervenção analisada é a estrutura organizacional do programa, que prevê a realização de treinos regulares, campeonatos internos e atividades esportivas supervisionadas. A existência de uma programação estruturada é fundamental para garantir a continuidade das ações e evitar que o esporte seja desenvolvido apenas de forma ocasional ou recreativa. Programas esportivos planejados e sistematizados tendem a apresentar resultados mais consistentes, pois permitem acompanhar o desenvolvimento dos participantes e avaliar os impactos das atividades ao longo do tempo (Coalter, 2013).

Os campeonatos internos, por exemplo, podem ser uma importante fonte de motivação. A competição esportiva, mediada pedagogicamente, pode impulsionar o comprometimento com as atividades, aprofundar o senso de pertencimento e ampliar as experiências de reconhecimento social. A competição esportiva pode ajudar a desenvolver importantes ganhos socioemocionais: autocontrole, disciplina e capacidade de lidar com a frustração (Darnell 2019).

A atuação de uma equipe multidisciplinar no programa também constitui um fator fundamental para sua efetividade. A presença de educadores físicos, psicólogos, assistentes sociais e profissionais da equipe técnica da unidade prisional permite que as atividades esportivas sejam integradas a outras estratégias de intervenção social. Essa abordagem interdisciplinar possibilita compreender os participantes em sua totalidade, considerando aspectos físicos, psicológicos e sociais (Ekholm, 2018).

Os profissionais de Educação Física desempenham um papel central na organização e condução das atividades esportivas, garantindo que estas sejam realizadas de forma segura e pedagogicamente orientada. Já os psicólogos podem contribuir para o acompanhamento emocional dos participantes, auxiliando no desenvolvimento do autocontrole e na gestão de conflitos. Os assistentes sociais, por sua vez, podem atuar na articulação entre as atividades desenvolvidas dentro da instituição e os processos de reintegração social após o cumprimento da pena (Julião, 2016).

Outro aspecto importante da proposta analisada refere-se às estratégias pedagógicas adotadas no programa, como o estímulo à cooperação, disciplina, respeito às regras e trabalho em equipe. Esses princípios estão diretamente relacionados ao conceito de esporte educacional, no qual a prática esportiva é utilizada como instrumento de formação social. A vivência dessas experiências pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais



importantes, como empatia, responsabilidade e capacidade de resolver conflitos de forma pacífica (Giulianotti, 2015).

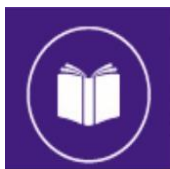
No ambiente prisional, essas aprendizagens podem assumir um papel ainda mais significativo. Muitos indivíduos privados de liberdade vivenciaram trajetórias marcadas por exclusão social, desigualdade e acesso limitado a oportunidades educacionais. Nesse contexto, o esporte pode funcionar como um espaço de aprendizagem e reconstrução de vínculos sociais, possibilitando experiências positivas de convivência e cooperação (Souza; Marchi Júnior, 2017).

Os indicadores de avaliação propostos no programa também demonstram preocupação com o acompanhamento dos resultados da intervenção. A redução de conflitos em contextos institucionais, a redução de infrações disciplinares, a melhoria das relações interpessoais e o aumento da participação em atividades acadêmicas também podem ser considerados indicadores relevantes para fins de investigação dos impactos do programa (Silva; Ferreira, 2020).

No entanto, para fortalecer a avaliação do programa, seria útil explorar métodos de monitoramento mais sistemáticos. A coleta de dados como a frequência de participação em atividades esportivas, o número de infrações disciplinares antes e depois da implementação do programa e o nível de engajamento dos participantes poderia fornecer evidências mais consistentes sobre o impacto da intervenção. Métodos qualitativos, como entrevistas ou questionários aplicados aos participantes, poderiam esclarecer ainda mais as percepções dos detentos sobre o efeito das atividades esportivas em suas vidas (Coalter, 2013).

Outro ponto relevante a ser considerado na análise diz respeito ao contexto geral do sistema prisional brasileiro. Diversos estudos apontam que as condições estruturais das prisões, como superlotação, violência institucional e falta de políticas públicas adequadas, representam obstáculos significativos para a efetivação da ressocialização. Em muitos casos, as prisões acabam funcionando mais como espaços de reprodução da violência e de fortalecimento de organizações criminosas do que como ambientes de reintegração social (Salla; Dias, 2019).

Diante desse cenário, iniciativas voltadas à educação, cultura e esporte tornam-se ainda mais relevantes, pois podem contribuir para a humanização do ambiente prisional e para a construção de alternativas positivas de desenvolvimento pessoal. Os programas esportivos, quando implementados de forma estruturada e com indivíduos qualificados para liderá-los, podem resultar em mudanças consideráveis na dinâmica organizacional dessas instituições, diminuindo a tensão e o conflito dentro delas (Darnell, 2019).



Regula o comportamento de indivíduos que participam em desportos perigosos: uma função importante da lei (Código Penal) é prever a punição daqueles que põem em risco o bem-estar da comunidade. Essas competências são fundamentais para a convivência em diferentes contextos sociais, incluindo o ambiente de trabalho e as relações comunitárias (Weinberg; Gould, 2017).

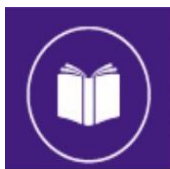
Portanto, a análise do quadro apresentado evidência que a intervenção proposta possui fundamentos pedagógicos e sociais consistentes, alinhados com as discussões contemporâneas sobre ressocialização no sistema prisional. A utilização do esporte como ferramenta de intervenção pode contribuir para a melhoria da convivência institucional, para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e para o fortalecimento dos processos de reintegração social de pessoas privadas de liberdade.

No entanto, para que programas dessa natureza produzam resultados eficazes, eles precisam ser implementados de forma planejada e articulada com políticas públicas mais amplas sobre educação, trabalho e inclusão social em presídios. A interconexão entre as esferas de atuação e o monitoramento constante dos resultados podem potencializar os efeitos positivos das atividades esportivas e contribuir para a construção de um sistema prisional mais humano e focado na reinserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as limitações das pesquisas existentes, visto que muitos estudos apresentam amostras pequenas, métodos diversos e ausência de um longo período de acompanhamento dos participantes, o que impossibilita a generalização dos resultados e a avaliação mais precisa do impacto a longo prazo das práticas esportivas. Além disso, ainda são escassas as investigações que analisam de forma sistemática a relação entre participação em programas esportivos no sistema prisional e a redução da reincidência criminal após a liberação dos detentos.

Diante desse cenário, é importante que estudos futuros investiguem o impacto das práticas esportivas em prisões, utilizando métodos mais robustos e perspectivas interdisciplinares que permitam uma visão mais ampla dos efeitos dessas atividades. Estudos que combinem métodos quantitativos e qualitativos, ou o acompanhamento longitudinal dos participantes, poderiam nos ajudar a compreender com maior profundidade os mecanismos



pelos quais o esporte modula o comportamento, os laços sociais e o processo de reinserção social de indivíduos privados de liberdade.

No campo das políticas públicas, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de ampliar os investimentos em programas esportivos no sistema penitenciário, reconhecendo o esporte como uma ferramenta relevante de intervenção social, educativa e de promoção da saúde. A implementação de programas esportivos estruturados, integrados a outras estratégias de educação, trabalho e inclusão social, pode contribuir para a humanização do ambiente prisional e para o fortalecimento de políticas voltadas à reintegração social da população encarcerada.

Pesquisas demonstram que o esporte tem um enorme poder de gerar mudanças sociais em presídios. Por meio de experiências de cooperação, disciplina, respeito às regras e convivência, as práticas esportivas podem reduzir a agressividade, fortalecer laços de amizade e permitir o desenvolvimento de habilidades socioemocionais que nos tornam aptos a viver em sociedade.

Assim, impulsionar iniciativas de fortalecimento do esporte em todo o sistema prisional seria um passo na direção certa para a criação de políticas públicas mais humanas e eficientes, voltadas não apenas para o controle institucional, mas sim para o desenvolvimento humano efetivo e a reintegração social.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Prisão, crime e desigualdade social**. São Paulo: Edusp, 2017.
- ADORNO, Sérgio. Sistema penitenciário no Brasil: problemas e desafios. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 65–78, 1991.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. **Lei de Execução Penal**. Brasília: Presidência da República, 1984.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011.
- BOTTOMS, Anthony. Interpersonal violence and social order in prisons. **Crime and Justice**, v. 26, p. 205–281, 1999.



- COALTER, Fred. **Sport for Development: What Game Are We Playing?** London: Routledge, 2013.
- COALTER, Fred. **Sport for Development and Peace: A Critical Sociology**. London: Routledge, 2019.
- COELHO, Felipe; RIBEIRO, Sandra. Atividade física e saúde no sistema prisional. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, v. 22, n. 3, p. 234–242, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- IRWIN, John; CRESSEY, Donald. Thieves, convicts and the inmate culture. **Social Problems**, v. 10, n. 2, p. 142–155, 1962.
- JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação e trabalho no sistema prisional**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.
- LIEBLING, Alison. **Prisons and their moral performance**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- MARINHO, Alcyane; GONÇALVES, Michelle. Esporte e sistema prisional. **Revista Movimento**, v. 18, n. 2, p. 123–140, 2012.
- MELO, Victor Andrade de; COSTA, Lamartine Pereira da. **Esporte e sociedade: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Shape, 2020.
- SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Controle disciplinar e relações de poder nas prisões brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 27, n. 159, p. 245–272, 2019.
- SYKES, Gresham. *The Society of Captives*. **Princeton: Princeton University Press**, 2007.
- WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

APENDICE B

SEMINÁRIO I PÓS DOC – APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA
01/04/2026

SEMINÁRIO II PÓS DOC – ESTRUTURAS DA CONSTRUÇÃO DA PESQUISA COM
ÊNFASE NA METODOLOGIA 03/06/20226.

SEMINÁRIO III PÓS DOC – APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA
19/08/2026.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR | Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPGPSC)

Seminário I Pós Doc
 2025-2026

01 Abril de 2026 às 16h
 Link da videochamada: <https://meet.google.com/xyr-njrq-wqs>

Prof. Dra. Stela Gleide Oliveira Santana Dilago
 Título da pesquisa:
 A reparação histórica através da salvaguarda e do Direito à cultura na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos
 Supervisora: Prof. Dra. JULIE LOURAU

Prof. Dr. Adilio Moreira de Moraes
 Título da pesquisa:
 Agressividade de Detentos e a Prática de Esportes: relações e contribuições ao processo de ressocialização
 Supervisora: Prof. Dra. KÁTIA OLIVER

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR | DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

II SEMINÁRIO PÓS-DOC

DATA 03 JUNHO 2026
HORÁRIO 16h
 ACESSE O LINK: <https://meet.google.com/phj-ubkx-rxz>

PESQUISADORES

ADILIO MOREIRA DE MORAES –
 AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA INTEGRATIVA

ANDRÉA ARIADNA SANTOS CORREIA –
 ENTRE O CRIME E A LOUCURA: INTERSECCIONALIDADE E SELETIVIDADE NAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA DILAGO –
 A REPARAÇÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL: POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, IGUALITÁRIA E INCLUSIVA

Promovendo o diálogo acadêmico e o avanço do conhecimento em Políticas Sociais e Cidadania.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR | DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

III SEMINÁRIO PÓS-DOC

DATA 19 AGOSTO 2026
HORÁRIO 16h
 ACESSE O LINK: <http://meet.google.com/hiv-sibm-ezd>

PESQUISADORES

ADILIO MOREIRA DE MORAES –
 AGRESSIVIDADE EM DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES NO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA INTEGRATIVA

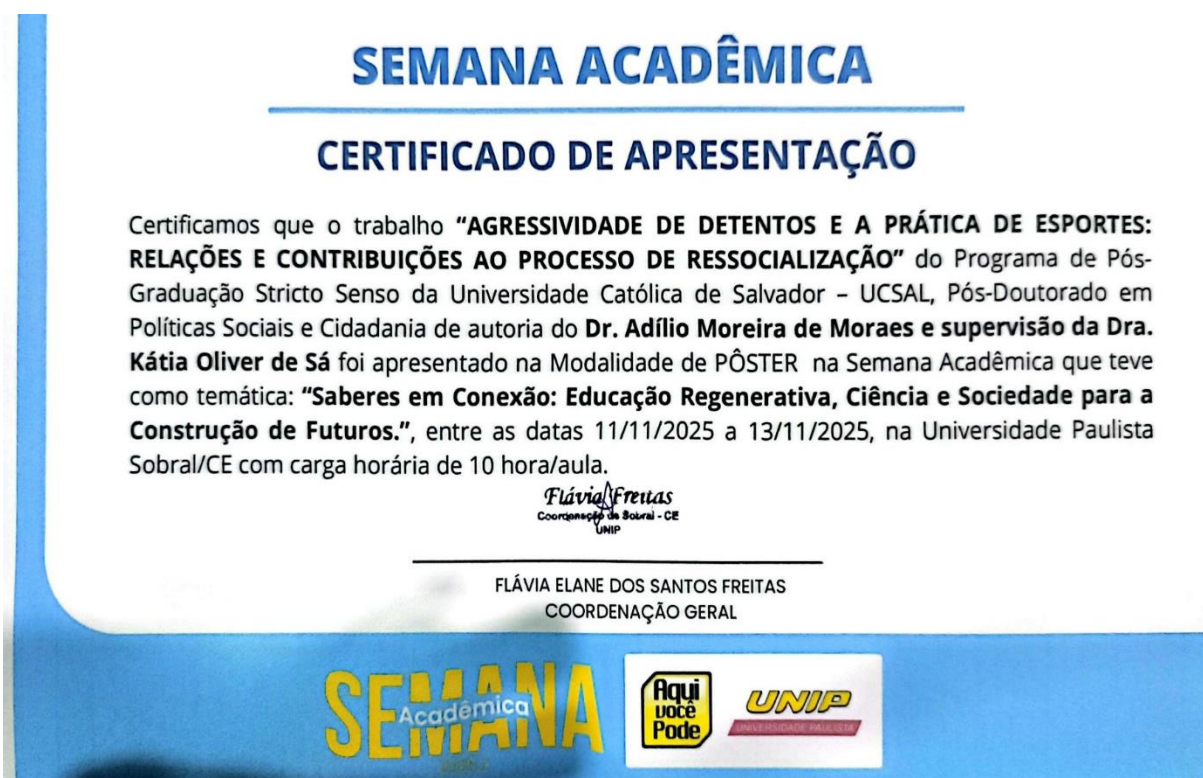
ANDRÉA ARIADNA SANTOS CORREIA –
 ENTRE O CRIME E A LOUCURA: INTERSECCIONALIDADE E SELETIVIDADE NAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

STELA GLEIDE OLIVEIRA SANTANA DILAGO –
 A REPARAÇÃO E O RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL: POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, IGUALITÁRIA E INCLUSIVA

Promovendo o diálogo acadêmico e o avanço do conhecimento em Políticas Sociais e Cidadania.

APENDICE C

SEMANA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP CERTIFICADO MODALIDADE PÔSTER



SEMANA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP CERTIFICADO MODALIDADE RODA DE CONVERSA



**SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIGRANDE –
CERTIFICADO MODALIDADE RODA DE CONVERSA**

SEMANA ACADÊMICA

CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO

Certifico que o trabalho **“AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO”** do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso da Universidade Católica de Salvador – UCSAL, Pós-Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania de autoria do Dr. Adílio Moreira de Moraes e supervisão da Dra. Kátia Oliver de Sá foi apresentado seus resultados na Modalidade de RODAS DE DISCUSSÃO na Semana Acadêmica do Centro Universitário Unigrande- “Protagonismo e Ação: Inovação, Empreendedorismo e os Desafios da Carreira Contemporânea” realizada nos dias 05,06 e 07 de maio do semestre 2026.1

Flávia Freitas
Coordenadora Sobral-CE
Unigrande

COORDENAÇÃO GERAL



**SEMANA ACADÊMICA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIGRANDE –
CERTIFICADO MODALIDADE PÔSTER**

SEMANA ACADÊMICA

CERTIFICADO DE APRESENTAÇÃO

Certifico que o trabalho **“AGRESSIVIDADE DE DETENTOS E A PRÁTICA DE ESPORTES: RELAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES AO PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO”** do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso da Universidade Católica de Salvador – UCSAL, Pós-Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania de autoria do Dr. Adílio Moreira de Moraes e supervisão da Dra. Kátia Oliver de Sá foi apresentado seus resultados na Modalidade de PÔSTER na Semana Acadêmica do Centro Universitário Unigrande - “Protagonismo e Ação: Inovação, Empreendedorismo e os Desafios da Carreira Contemporânea” realizada nos dias 05,06 e 07 de maio do semestre 2026.1

Flávia Freitas
Coordenadora Sobral-CE
Unigrande

COORDENAÇÃO GERAL

